

Barómetro do Poder Local

**FUNDAÇÃO**
FRANCISCO MANUEL dos SANTOS

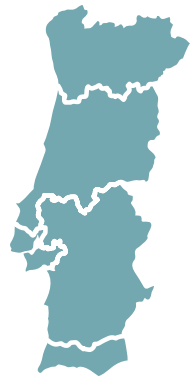


BARÓMETROS #05
DA FUNDAÇÃO

Ficha técnica

Este relatório resulta de um inquérito realizado pela DOMP, S.A. para a Fundação Francisco Manuel dos Santos no início de 2025. O universo do estudo é composto pelos residentes de Portugal continental, com 18 ou mais anos de idade, falantes de língua portuguesa, com acesso a telefone da rede fixa ou móvel ou acesso à internet.

Foram realizadas 1070 entrevistas completas e validadas, com uma margem de erro de 3% para um nível de confiança de 95%. As entrevistas foram recolhidas via inquérito *online* (CAWI — 61%) e por telefone (CATI — 39%). Foram aplicadas quotas por sexo, idade, região (NUTS II). Incluiu-se, ainda, na caracterização, o grau de urbanização da freguesia de residência, a naturalidade e a escolaridade. O trabalho de campo decorreu entre 3 de fevereiro e 3 de abril de 2025.



18+ anos



1070
entrevistas

61%



39%



Introdução

O poder local é, desde há quase 50 anos, uma arena incontornável na vida democrática portuguesa (de Sousa *et al.*, 2015). Com a consolidação da democracia autárquica, os municípios e as freguesias tornaram-se protagonistas na prestação de serviços públicos e na promoção da participação cívica — estando na linha da frente da resposta aos desafios e às transformações enfrentados pelos territórios (Teles, 2021). São, hoje, peças fundamentais na concretização de políticas públicas de proximidade e na construção da coesão territorial.

Os 308 municípios portugueses (278 no continente e 30 nas regiões autónomas) apresentam, em média, uma dimensão populacional significativa — cerca de 33 400 habitantes por município, o que coloca Portugal na 7.^a posição entre os 27 Estados-Membros da UE (EUROSTAT, 2024). No entanto, essa média populacional esconde grandes disparidades: a área territorial dos municípios varia entre 8 e 1721 km² e a densidade populacional oscila entre os 5 e os 7364 habitantes por km², com uma mediana nacional de 72 habitantes por km² (PORDATA, 2025). Esta diversidade é acompanhada por profundas diferenças socioeconómicas e demográficas, acentuadas pela crescente concentração da população em poucos municípios. Entre 2011 e 2021, cerca de 84% dos municípios do continente perderam população residente; sendo que 80% da população reside em 30% dos municípios, quase exclusivamente nas zonas litorais e, em particular, nas duas áreas metropolitanas (com apenas duas exceções, Viseu e Sernancelhe, não há aumento de população residente em municípios a mais de 20 km da faixa

costeira), provocando assimetrias e desequilíbrios territoriais (INE, 2025). Apesar de as diferenças entre municípios serem cada vez mais evidentes, Portugal continua a ser um dos países mais centralizados da OCDE (Teles, 2021).

Num contexto marcado por rápidas mudanças — da transição digital e automação às alterações climáticas, da crise da habitação ao envelhecimento populacional — e por crises e emergências cada vez mais frequentes (pandemias, fogos florestais, inundações e apagões), a capacidade de resposta das instituições locais torna-se cada vez mais determinante (da Cruz *et al.*, 2024).

Mas como é que os residentes em Portugal percecionam a capacidade, a legitimidade e a eficácia do poder local? Prestes a chegar a meio século de democracia local no nosso país, que avaliação é feita sobre a sua qualidade?

O *Barómetro do Poder Local* responde a estas perguntas. Ao captar perceções, atitudes e comportamentos da população face ao poder local, este instrumento permite analisar o grau de conhecimento sobre as instituições locais e a confiança nelas depositada, a avaliação dos serviços prestados, a visão sobre os processos de descentralização e os padrões de participação cívica e política. Os dados recolhidos permitem-nos traçar um retrato rigoroso e atualizado da relação entre os cidadãos e o nível de governação que lhes é mais próximo.

Num momento em que o país se prepara para novas eleições locais, avalia a reforma das entidades regionais e discute o processo de descentralização, os resultados deste barómetro oferecem um contributo valioso.

1. Para que serve, afinal, o poder local?

O poder local desempenha um papel fundamental na arquitetura democrática contemporânea, sendo simultaneamente uma escala de governação, um espaço de representação política e um palco de intervenção pública quotidiana (Tavares *et al.*, 2018). A sua relevância advém, em grande medida, da proximidade física, simbólica e institucional aos cidadãos — proximidade essa que tem sido valorizada tanto na teoria política como na prática administrativa (Denters e Rose, 2005).

Em Portugal, o poder local adquiriu particular relevância após 1974. A Constituição da República reconheceu-lhe autonomia administrativa e financeira, implementando um modelo de democracia descentralizada que atribui aos municípios responsabilidades fundamentais no domínio dos serviços públicos, do planeamento e ordenamento do território, bem como do desenvolvimento socioeconómico (da Cruz e Marques, 2014; Tavares, 2022). No entanto, o debate sobre o seu papel permanece atual e, por vezes, ambíguo. Entre o serviço e a representação, a gestão e a política, qual é, afinal, a função dominante do poder local? E qual deveria ser?

Nesta secção, procura-se compreender o modo como os residentes interpretam a missão dos municípios, que grau de conhecimento têm sobre as suas atribuições e competências e que atitudes manifestam relativamente às questões de proximidade. Os resultados traçam um retrato funcional, centrado em perceções sobre a eficácia e desempenho das autarquias, e simbólico, revelador do sentimento que a população tem do poder local como espaço de proximidade democrática e identidade coletiva.

1.1. O que pensam os residentes em Portugal sobre o papel do poder local?

Mais de metade (51%) dos inquiridos identificam a prestação de serviços públicos de qualidade e da forma mais barata possível como a principal missão do poder local. Como se pode observar na figura 1, esta perceção indica uma valorização clara das funções de administração e serviço dos municípios, em detrimento de questões de participação pública (31% dos respondentes) e de autodeterminação (18%). A menor valorização do papel político-institucional do poder local revela uma conceção de democracia ainda centrada na eficácia da administração e na prestação de serviços, mais do que na deliberação, na participação ou na representação. Esta tendência sugere que muitos cidadãos veem as autarquias sobretudo como entidades gestoras e não como arenas de debate e decisão política ou de construção democrática — o que nos pode levar a moderar as expectativas de envolvimento cívico e a exigência de responsabilização política a nível municipal.

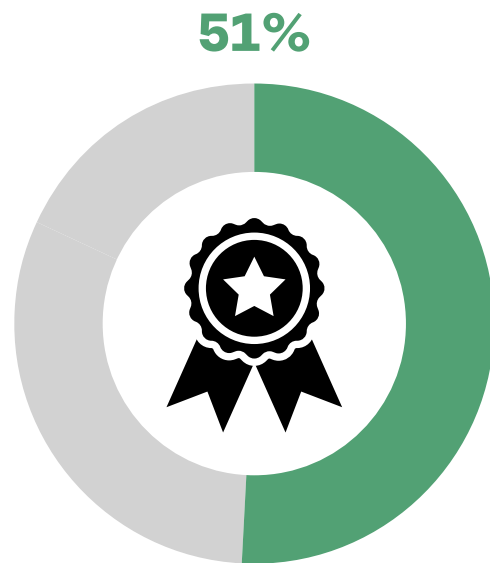
1

Figura 1

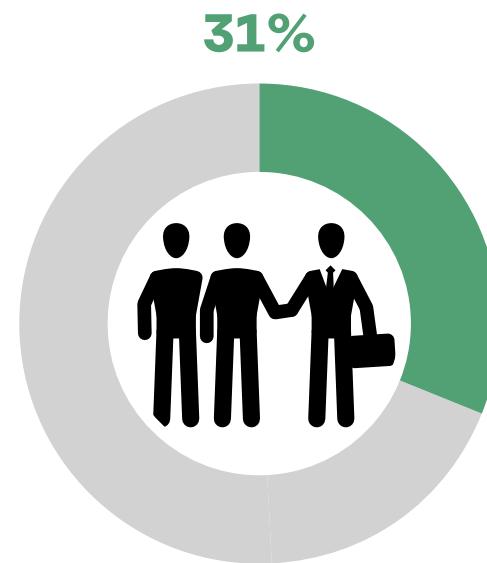
A missão do poder local

O poder local pode ter vários objetivos.

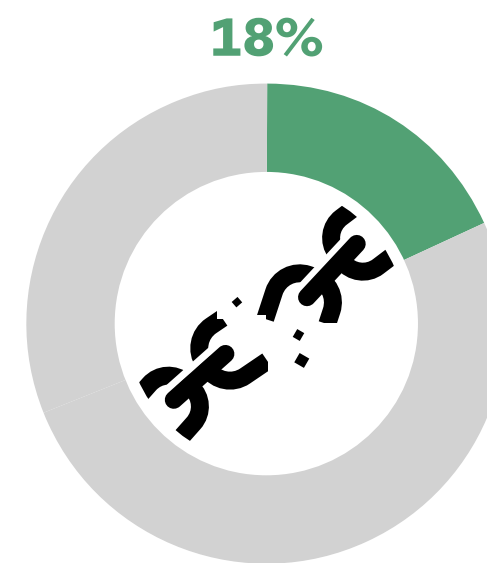
Por favor, indique qual dos seguintes considera ser o mais importante.



O município fornece serviços públicos da melhor qualidade e da forma mais barata possível.



Os cidadãos têm oportunidade de influenciar as decisões de políticas locais, através do contacto regular com os representantes eleitos.

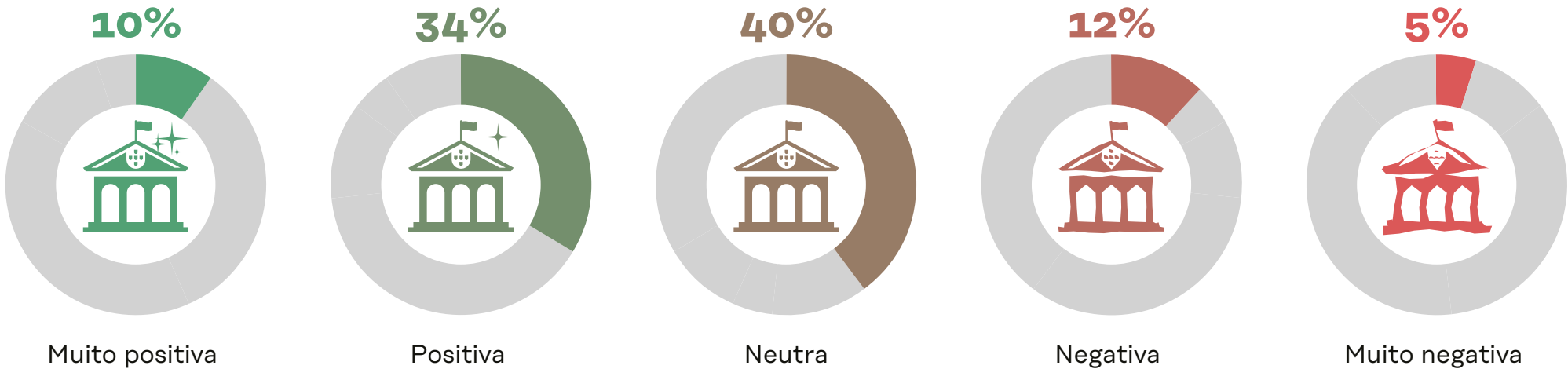


Decisões municipais importantes são tomadas sem interferência do governo nacional.

A prestação eficiente de serviços públicos de qualidade é vista como a principal missão do poder local — mais do que a capacidade de envolver os residentes nas decisões ou a autonomia local face ao governo nacional.

Em geral, podemos assumir que os inquiridos consideram que a missão tem sido conseguida. A figura 2 mostra que 44% dos participantes têm uma imagem «positiva» ou «muito positiva» do poder local, com apenas 17% a acharem que é «negativa» ou «muito negativa» (40% classificam a sua imagem do poder local como neutra).

Figura 2
Imagem que os residentes em Portugal têm do poder local
Como classifica a sua imagem do poder local?



Os residentes em Portugal têm uma imagem tendencialmente positiva do poder local, especialmente fora dos grandes centros urbanos.

Aparentemente, a proximidade espacial e simbólica continua a ser um trunfo do poder local. Acresce que a imagem do poder local é melhor nos municípios não urbanos do que nos municípios urbanos (diferença estatisticamente significativa, teste U de Mann-Whitney, $Z = 2,34$, $p = 0,019$).^{*} Esta perceção poderá ser interpretada como reflexo de uma ação municipal mais tangível e uma experiência quotidiana mais dependente dos serviços municipais. Fora dos centros urbanos o impacto de outros atores é, geralmente, menos sentido e prevalente.

Além disso, o teste de Kruskal-Wallis indicou uma diferença estatisticamente significativa na imagem do poder local entre as diferentes regiões do país ($H(6) = 28,427$, $p = <,001$). As médias sugerem que os inquiridos da região do Oeste e Vale do Tejo (*mean rank* = 589,56) e do Centro (571,27) tendem a ter avaliações mais positivas, enquanto os da Grande Lisboa (463,61) e do Algarve (492,84) apresentam as perceções mais negativas. As regiões da Península de Setúbal (*mean rank* = 510,19), Norte (553,90) e Alentejo (557,61) têm perceções intermédias.

Por fim, a (boa) imagem do poder local parece aumentar com a idade. Os inquiridos de classes etárias mais velhas (55+) têm uma perceção tendencialmente mais positiva que os de classes etárias mais jovens (teste de Kruskal-Wallis, $H(2) = 225,209$, $p = <,001$). A análise por nível de escolaridade é mais complexa. Os inquiridos com a imagem mais positiva do poder local são os que têm apenas a instrução primária completa (1.º ciclo), seguindo-se os inquiridos com o 2.º ciclo (6.º ano) e, depois, os que completaram o ensino secundário.

^{*} O projeto Degree of Urbanisation (DEGURBA) do Eurostat classifica o território europeu de acordo com o seu grau de urbanização. Combinando o tamanho da população e os limites de densidade populacional, o Eurostat classifica todas as freguesias portuguesas como áreas «urbanas», «semiurbanas» ou «rurais». De acordo com esta classificação, em Portugal continental existem 26 municípios urbanos (ou seja, unicamente compostos por freguesias urbanas): Almada, Amadora, Aveiro, Barreiro, Braga, Cascais, Coimbra, Faro, Gondomar, Guimarães, Lisboa, Loures, Matosinhos, Odivelas, Oeiras, Paredes, Porto, Póvoa de Varzim, Seixal, Setúbal, Sintra, Valongo, Viana do Castelo, Vila Franca de Xira, Vila Nova de Gaia, Viseu. No seu conjunto, estes 26 municípios contêm 45% da população residente em Portugal continental. Nenhuma freguesia pertencente aos restantes 252 municípios é considerada pelo Eurostat como território urbano. Tendo em conta a clivagem entre territórios urbanos e não urbanos observada em vários fenómenos políticos à escala mundial — do referendo ao Brexit e ao voto em candidatos populistas em vários países —, neste barómetro damos particular atenção às diferenças observadas (ou não) entre os inquiridos que residem nos 26 municípios urbanos (43% da amostra) e os que residem nos 252 municípios não urbanos (57% da amostra).

1.2. E que grau de conhecimento têm sobre as instituições locais?

A discussão sobre percepções do papel do poder local não pode ser dissociada do conhecimento que os cidadãos têm das instituições. A literacia institucional é essencial para uma democracia informada e participativa.

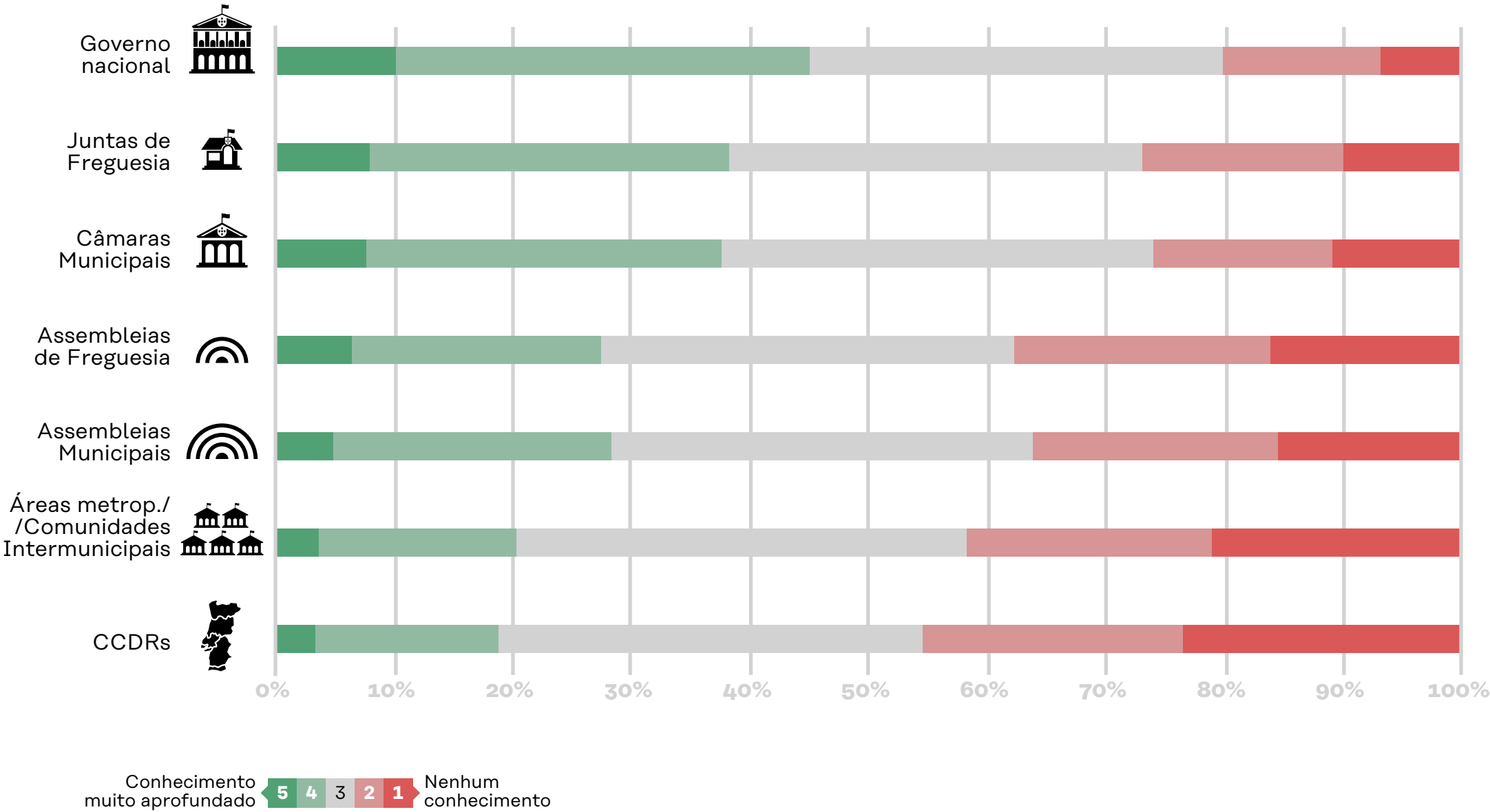
Os dados deste barómetro revelam um padrão claro: para além do governo nacional, os inquiridos dizem conhecer melhor as instituições mais próximas e com atuação mais visível — ou seja, com responsabilidades executivas, como as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia (ver figura 3). Apesar disso, o número de pessoas que afirmam ter um conhecimento «aprofundado» ou «muito aprofundado» sobre as competências e o funcionamento destes órgãos executivos autárquicos fica abaixo dos 40%. A autoavaliação realizada pelos participantes indica, ainda, que o grau de desconhecimento é substancialmente superior no que respeita às instituições regionais e supramunicipais, como as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional ou as Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas, que enfrentam um défice de visibilidade e reconhecimento público.

Este desconhecimento enfraquece a legitimidade, a aceitabilidade e o alcance das decisões tomadas a esses níveis e limita o envolvimento cívico. Além disso, compromete o debate público informado sobre alternativas de organização territorial e redistribuição de competências entre escalas de governação.

Figura 3

Percepção do conhecimento sobre as instituições locais

Como classifica o seu grau de conhecimento sobre as competências e o funcionamento das seguintes instituições?



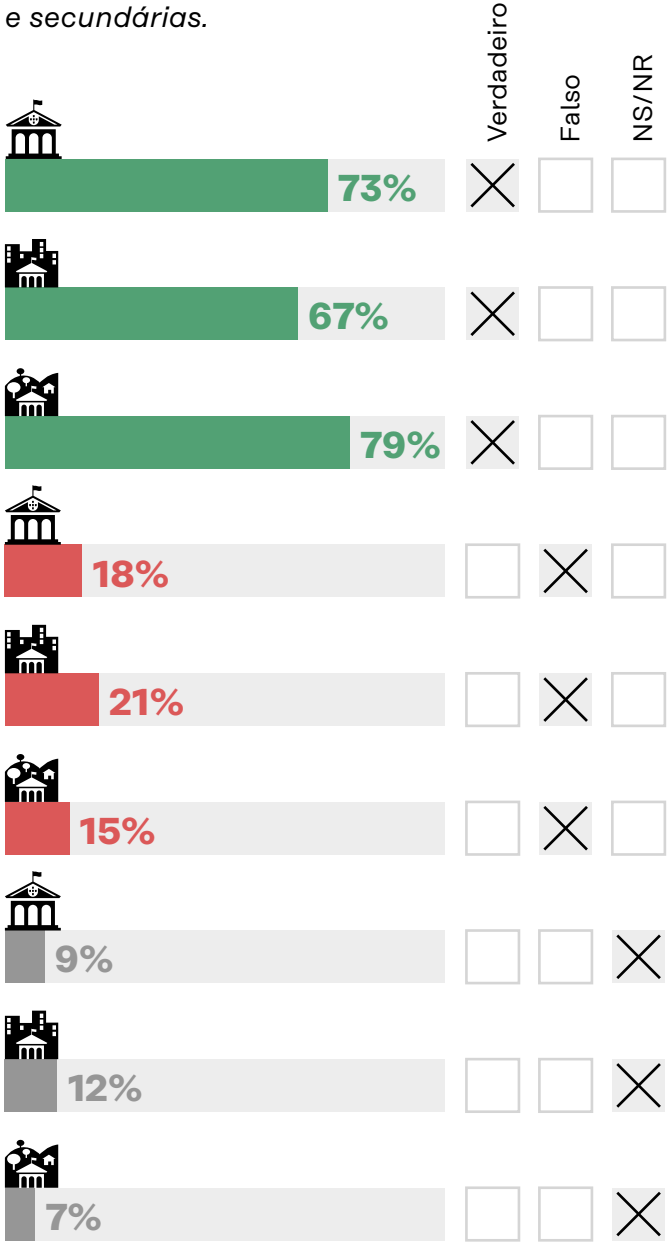
As pessoas ainda desconfiam do conhecimento que têm sobre as autarquias.

Apesar da incerteza reportada pelos inquiridos, a maioria classificou corretamente (como verdadeiras ou falsas) um conjunto de afirmações sobre responsabilidades concretas das Câmaras Municipais — apenas uma das quatro afirmações reuniu uma maioria de respostas incorretas (ver figura 4). Cerca de 60% foram também capazes de identificar corretamente o nome e o partido do/a presidente da Câmara do seu município (ver figura 5). Curiosamente, apesar de os residentes em municípios urbanos afirmarem saber mais sobre o poder local — a diferença entre perceções urbanas e não urbanas é estatisticamente significativa para todas as instituições, exceto Juntas e Assembleias de Freguesia* — foram os residentes em áreas não urbanas que consistentemente obtiveram melhor desempenho na identificação correta das lideranças e competências das Câmaras Municipais. Fica, mais uma vez, reforçada a ideia de que, em Portugal, os efeitos da subsidiariedade e proximidade são mais sentidos fora dos centros urbanos.

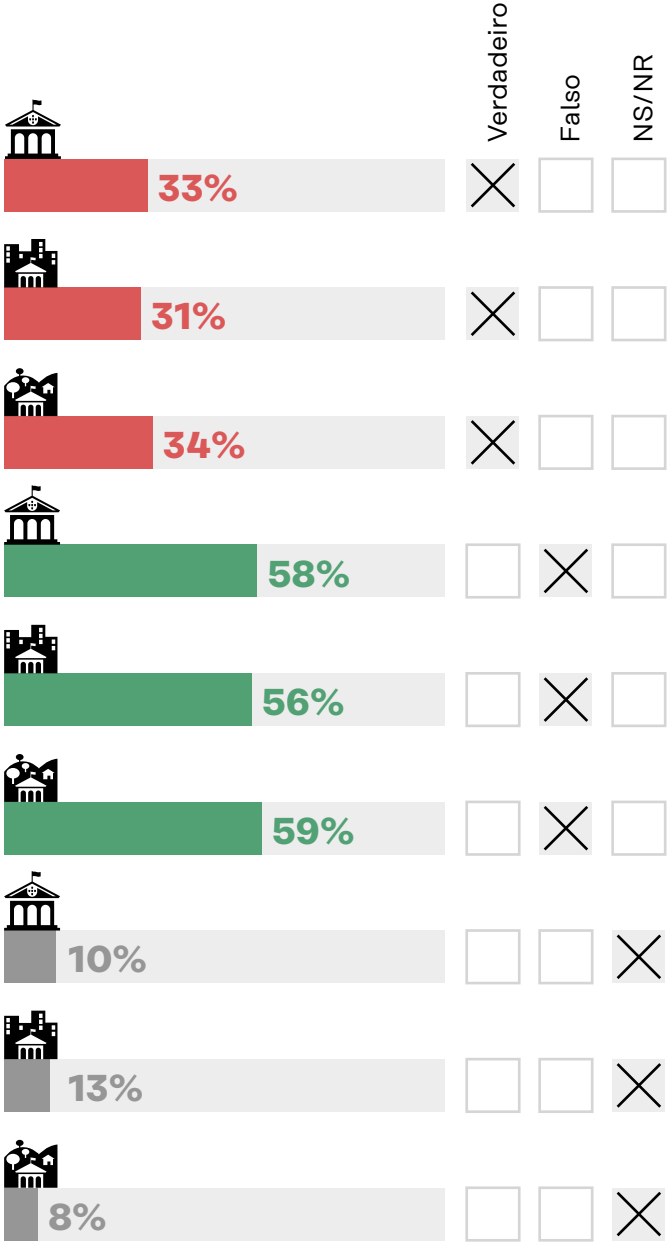
* Relativamente ao grau de conhecimento sobre as competências e o funcionamento das diferentes instituições, o teste U de Mann-Whitney revela diferenças estatisticamente significativas entre freguesias urbanas e não urbanas nos seguintes casos: (A) Governo Nacional, $Z = -3,32$, $p < 0,001$; (B) Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, $Z = -4,44$, $p < 0,001$; (C) Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais, $Z = -5,66$, $p < 0,001$; (D) Câmaras Municipais, $Z = -2,80$, $p = 0,005$; (E) Assembleias Municipais, $Z = -3,26$, $p = 0,001$. Não se registam diferenças estatisticamente significativas no grau de conhecimento sobre as (F) Juntas de Freguesia, $Z = -1,482$, $p = 0,138$, e as (G) Assembleias de Freguesia, $Z = -1,289$, $p = 0,197$.

Figura 4
Grau de conhecimentos sobre as responsabilidades das Câmaras Municipais

As Câmaras Municipais são responsáveis pela contratação de auxiliares de ação educativa para as escolas básicas e secundárias.

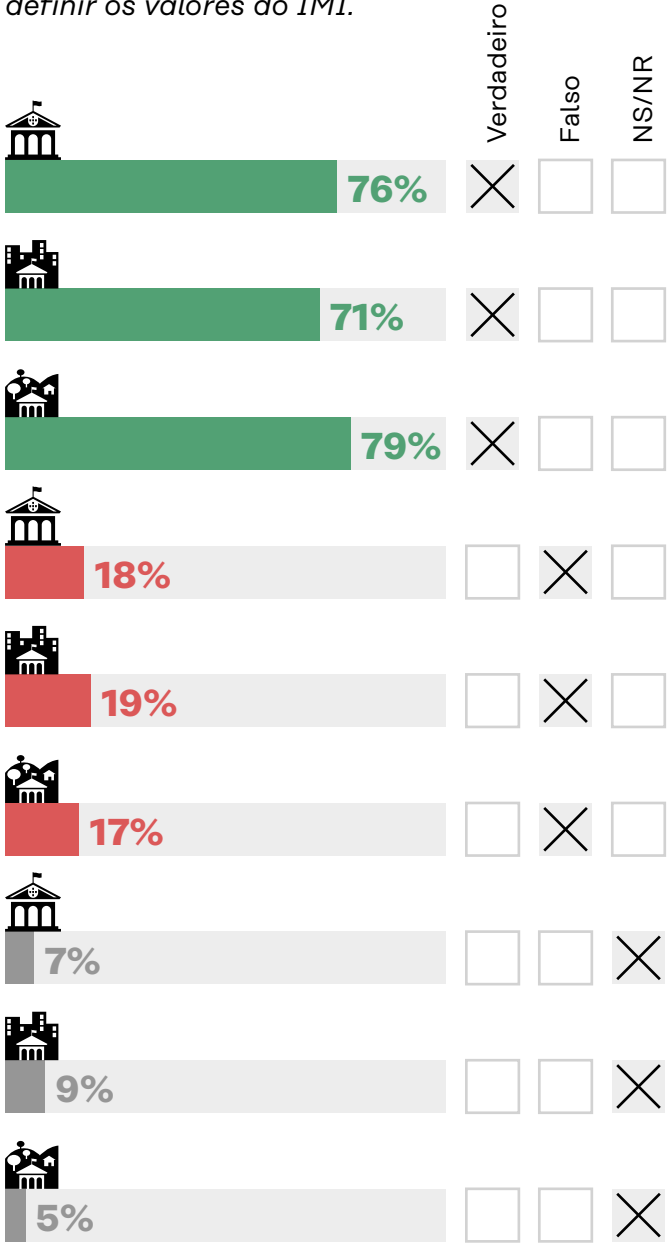


As Câmaras Municipais são responsáveis pela prestação de serviços de saúde nos centros de saúde.

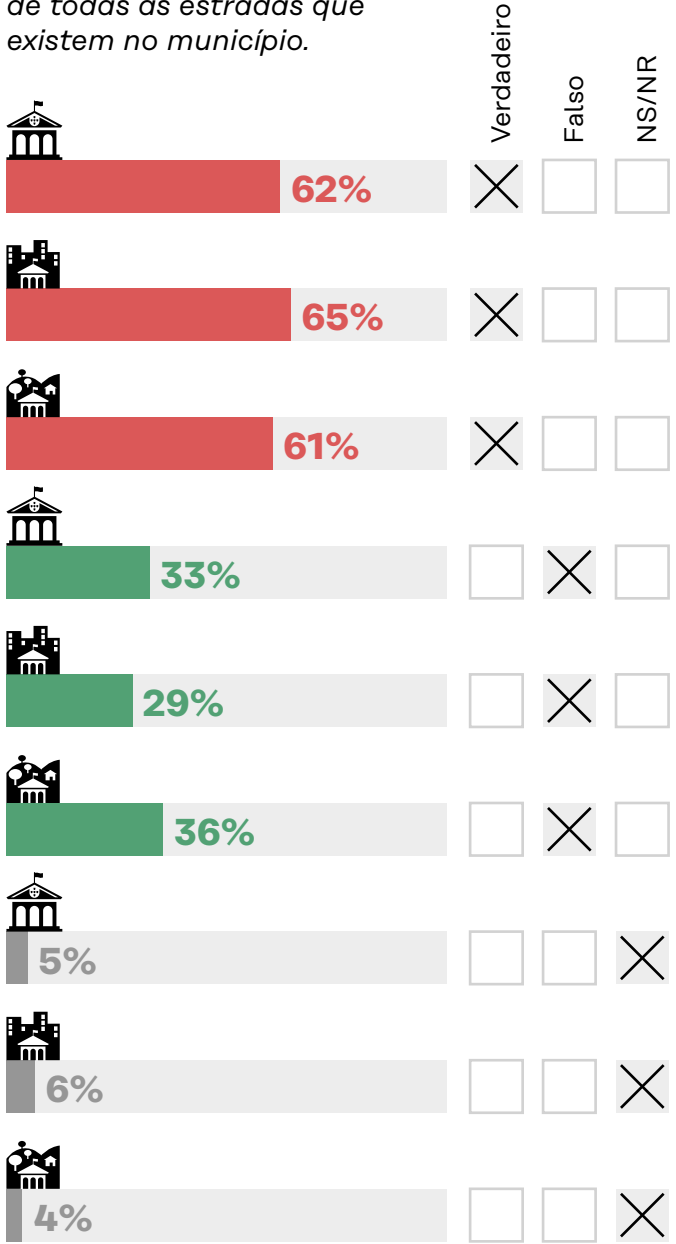


-  Todos os municípios
-  Municípios urbanos
-  Municípios não urbanos
-  Resposta correta
-  Resposta incorreta

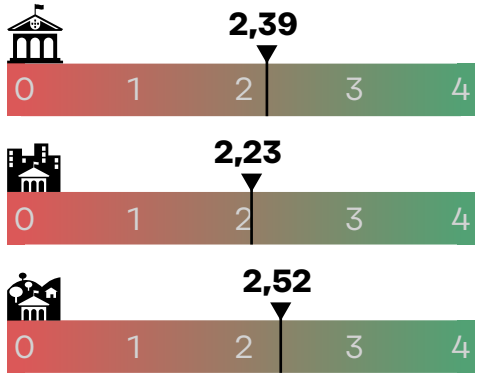
As Câmaras Municipais
são responsáveis por
definir os valores do IMI.



As Câmaras Municipais são
responsáveis pela manutenção
de todas as estradas que
existem no município.



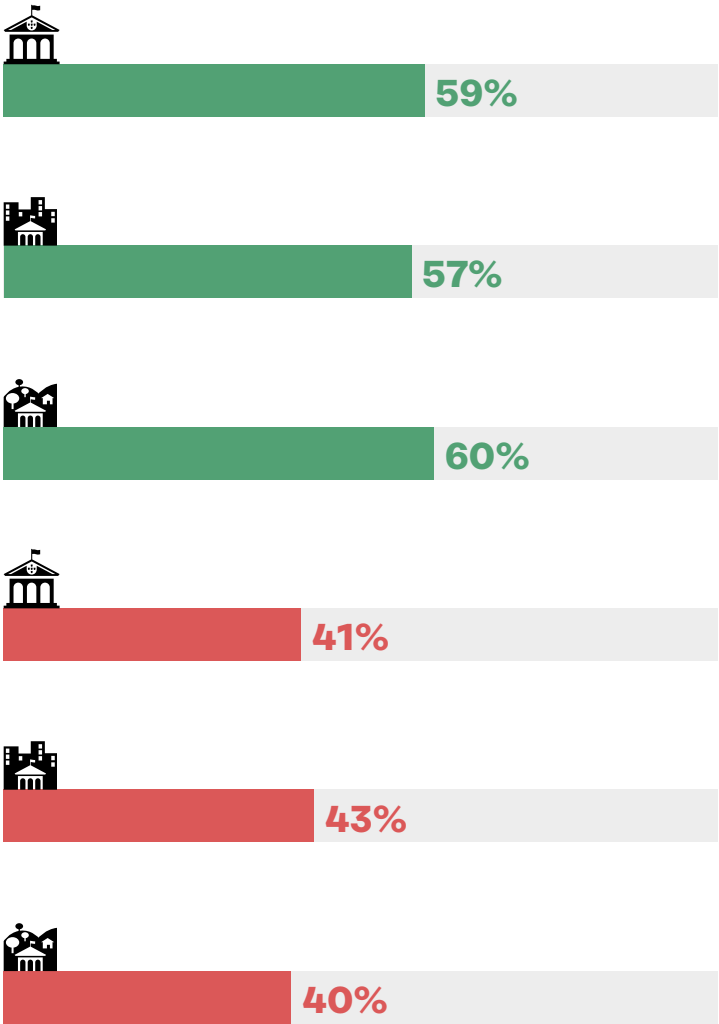
Índice de Conhecimento
(4 = todas as respostas certas,
0 = todas erradas)



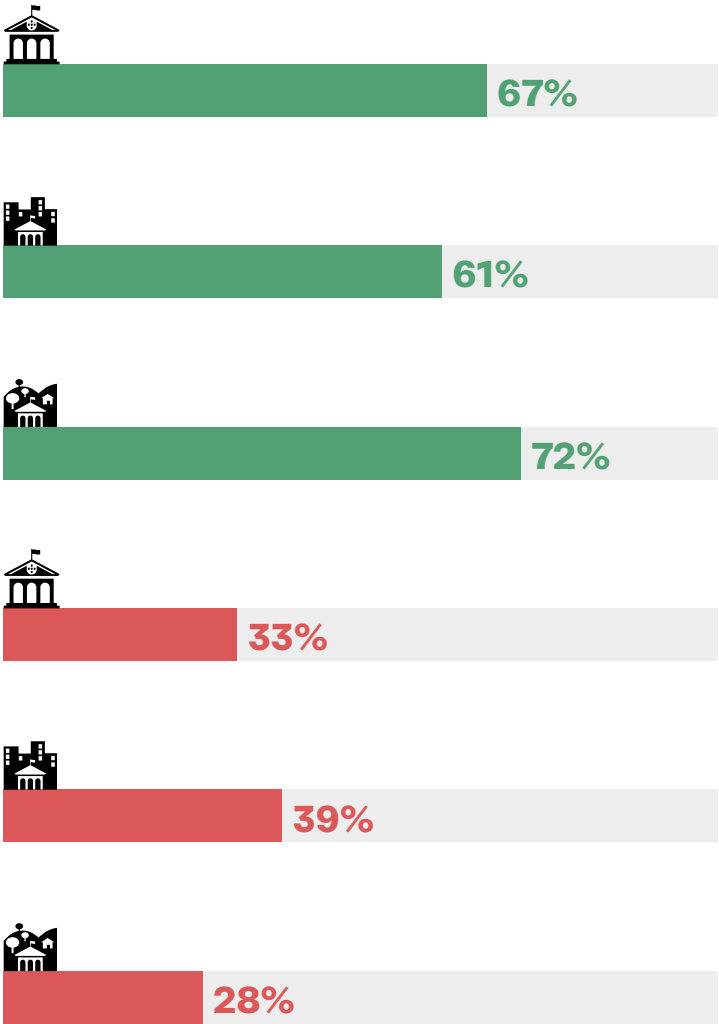
-  Todos os municípios
-  Municípios urbanos
-  Municípios não urbanos
-  Resposta correta
-  Resposta incorreta

Figura 5
Reconhecimento dos eleitos locais

Qual é o nome do ou da presidente da Câmara do seu município?



E a que partido político o ou a associa?



- Todos os municípios
- Municípios urbanos
- Municípios não urbanos
- Resposta correta
- Resposta incorreta

1.3. Que percepção tem a população sobre o que as autarquias fazem? E sobre o que deveriam fazer?

Como se pode observar na figura 6, do ponto de vista dos inquiridos, o poder local tem muita influência nos domínios do lazer (49% acham que é muito influente), da mobilidade (47%) do património e cultura (45%). Mas no que toca a políticas públicas e aos serviços nas áreas estruturantes da saúde (30% acham que o poder local é pouco ou nada influente), a habitação (23%) e a ação climática (22%), o sentimento é de que a influência das estruturas subnacionais é muito mais limitada. Paradoxalmente, as áreas da saúde e da habitação são precisamente aquelas em que os inquiridos consideram que o poder local deveria ser mais influente: cerca de 80% dos inquiridos afirmam que deveria desejavelmente ter «mais» ou «muito mais» influência nestes setores. A figura 7 mostra ainda que, em todos os setores, são poucos — menos de 5% — os inquiridos que querem que o poder local seja menos influente do que é atualmente.

Ainda que a saúde e a habitação sejam destacadas, tanto em territórios urbanos como não urbanos, enquanto as áreas de políticas públicas sobre a quais os inquiridos desejariam que os municípios exercessem maior influência, importa sublinhar que a segurança é muito mais valorizada nos municípios urbanos do que nos restantes (mais de 80% dos residentes em municípios urbanos acham que o poder local deveria ser «mais» ou «muito mais» influente neste campo, enquanto em municípios não urbanos este número ronda os 70%). Importa igualmente destacar que os residentes em contextos urbanos manifestam, de forma mais acentuada do que os residentes não urbanos, a opinião de que os municípios deveriam exercer maior influência em praticamente todos os setores analisados. Além da segurança (teste U de Mann-Whitney, $Z = -4,92$, $p < 0,001$), as diferenças entre os dois grupos são também estatisticamente significativas nas áreas da educação ($Z = -4,28$, $p < 0,001$), dos transportes e mobilidade ($Z = -3,13$, $p = 0,002$), do património e cultura ($Z = -3,91$, $p < 0,001$), do planeamento e ordenamento do território ($Z = -2,58$, $p = 0,010$) e dos tempos livres, desporto e participação cívica ($Z = -3,527$, $p < 0,001$).*

*
As diferenças entre grupos não são estatisticamente significativas nas áreas da saúde, da promoção do desenvolvimento económico, do clima e ambiente, da ação social e habitação.

1

Figura 6

Setores onde o poder local é influente

Como classifica a influência que o poder local tem nas seguintes áreas?

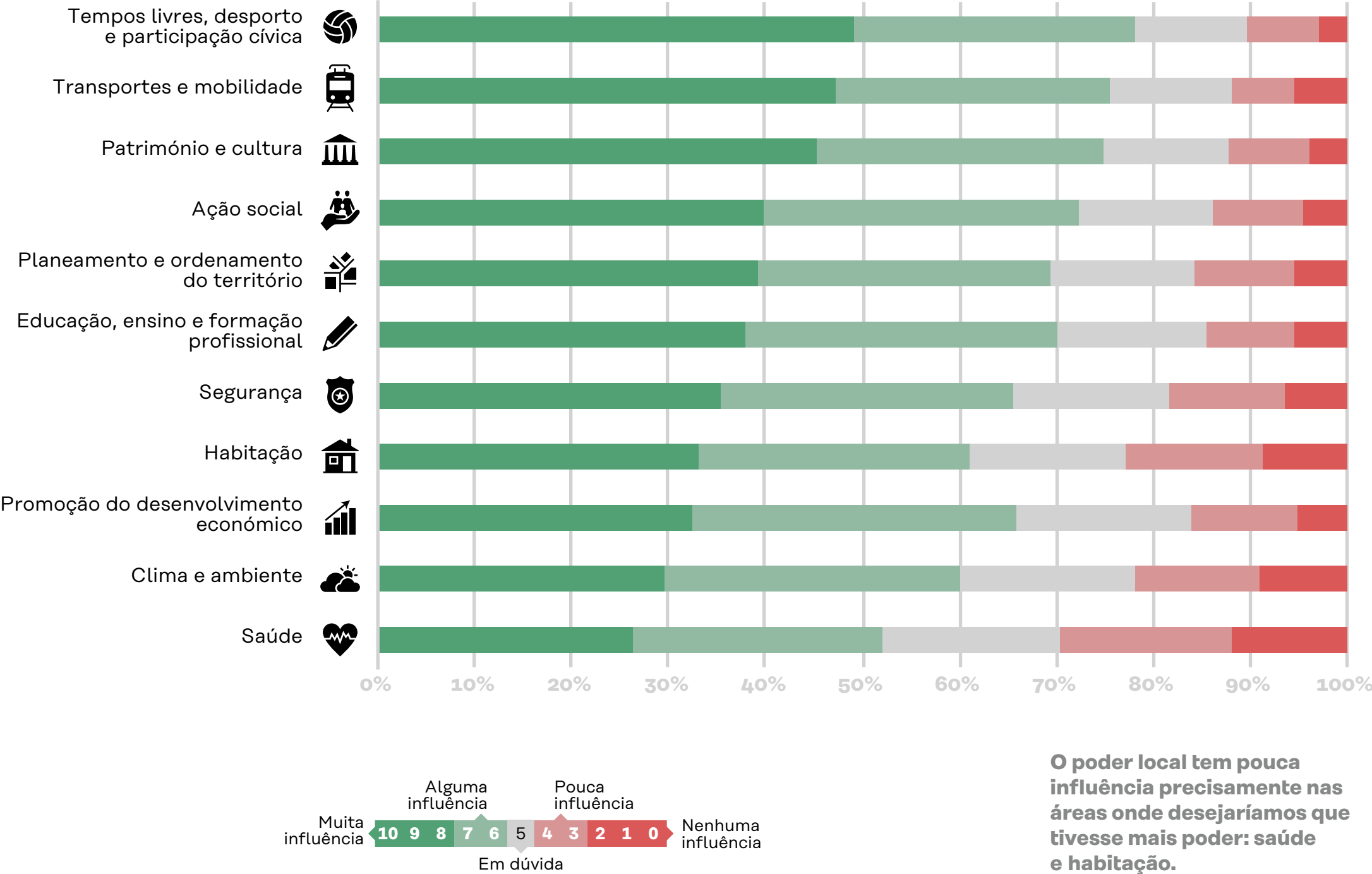
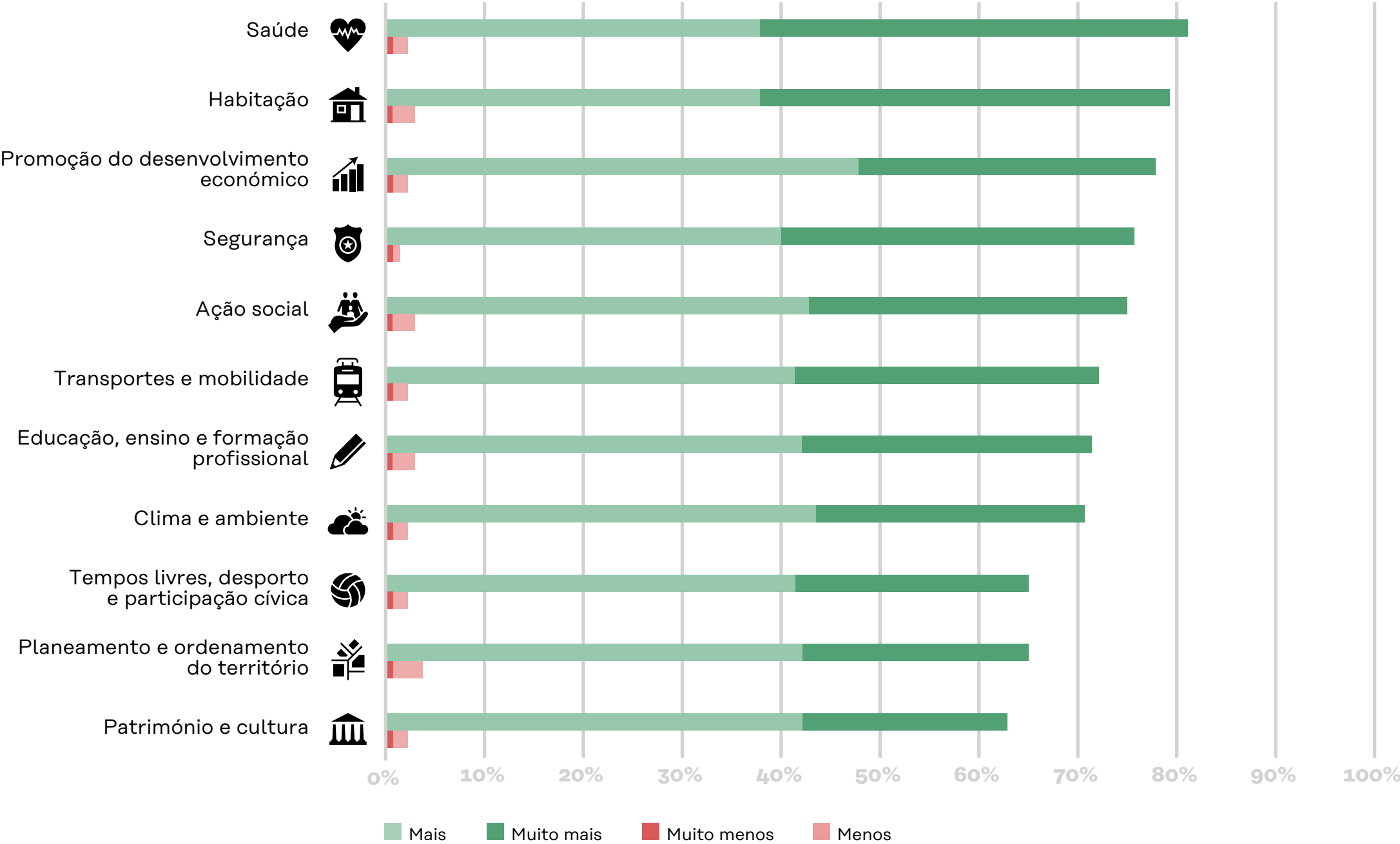


Figura 7

Setores onde o poder local deveria ser mais, ou menos, influente

Em cada uma das seguintes áreas, que influência acha que o poder local deveria ter?



Portugal encontra-se entre os países da UE e da OCDE onde as despesas locais são predominantemente realizadas em serviços gerais e infraestruturais. A recente transferência de competências para as autarquias (Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto) poderá alterar gradualmente esta realidade — mas a eficácia dependerá da transferência de recursos financeiros adequados para os municípios (e/ou da autoridade para gerar novos tipos de receitas próprias) e da maior amplitude nas atribuições e competências nestas áreas de política pública.

Na UE, só em Portugal, Chipre, Malta, Espanha e Grécia se verifica a situação de mais de 60% das despesas municipais se destinarem a estes dois tipos (serviços gerais e infraestruturas). Portugal é o 5.º país com maior percentagem de despesa local em serviços gerais e administrativos e o 9.º em despesas de infraestruturas. Os países mais descentralizados apresentam valores superiores a 60% precisamente em despesas com saúde, serviços sociais, educação e cultura. Neste âmbito, Portugal é o 18.º em proporção de despesas locais de saúde e serviços sociais e o 19.º em educação e cultura (OCDE, 2024).

1

1.4. Quem é que realmente manda a nível local?

A perceção de quem detém o poder efetivo na política local é um indicador crucial para compreender dimensões relevantes de responsabilização política e envolvimento democrático. Saber quem decide, quem influencia as decisões e quem representa os interesses da população ajuda a compreender o grau de legitimidade percebida das instituições e das políticas locais (da Cruz *et al.*, 2023; Stoker *et*

al., 2023). Esta percepção molda, por sua vez, a confiança dos cidadãos e o seu envolvimento nos processos de decisão pública (Heinelt, 2023).

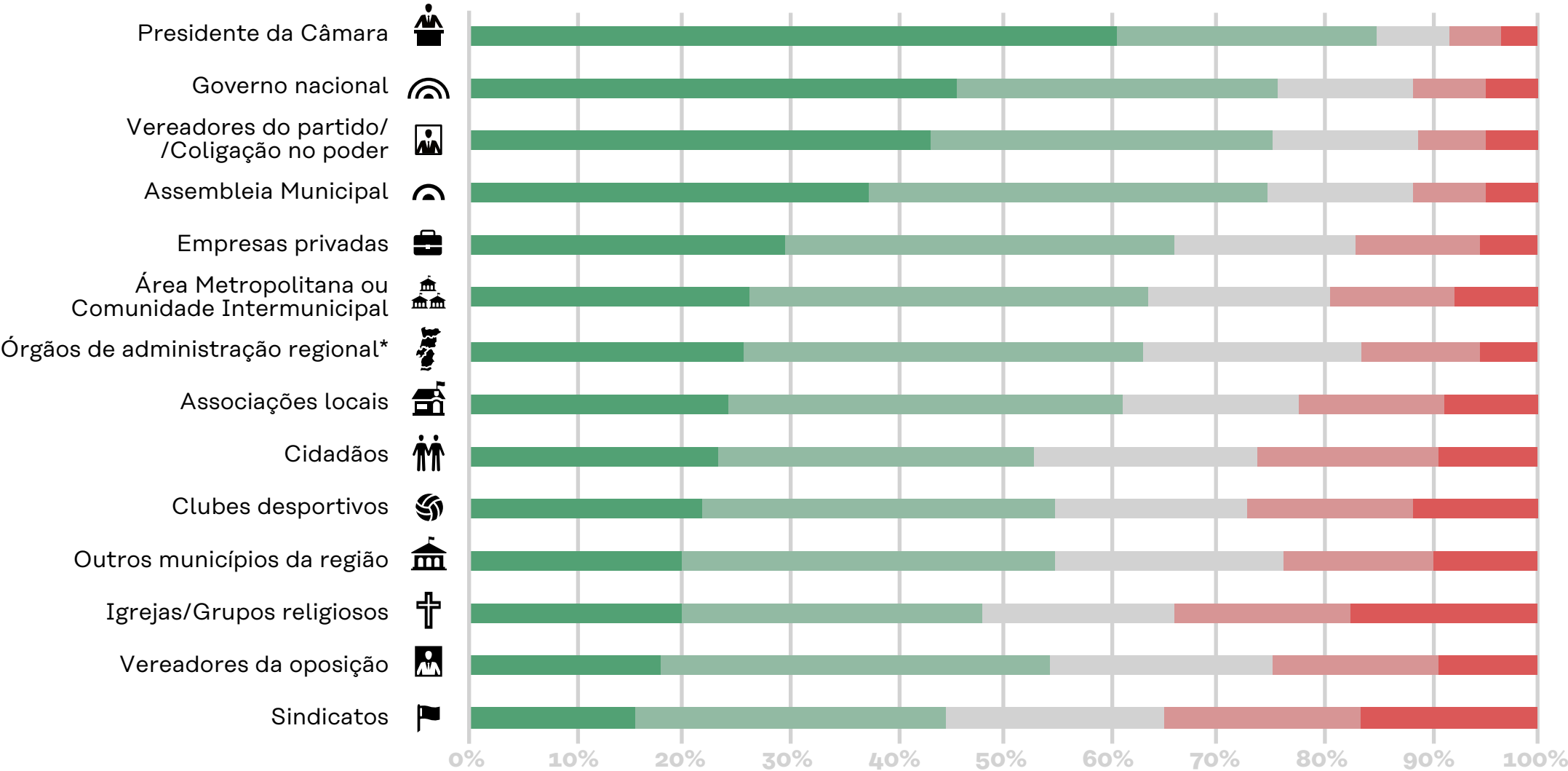
Como é bem patente na figura 8, os dados recolhidos para este barómetro revelam uma visão plural sobre quem detém o poder local. Embora os presidentes de Câmara surjam como os principais decisores aos olhos da população, há outros atores que são também apontados como tendo influência — principalmente, o Governo nacional, os vereadores do partido ou coligação no poder e as assembleias municipais. No espectro oposto, as organizações da sociedade civil, os vereadores da oposição e os próprios cidadãos são considerados os atores menos influentes.

Estas percepções refletem tanto a complexidade real da governação local como uma certa desvalorização do papel que outros agentes clássicos da democracia podem desempenhar nos processos de decisão — tais como a oposição política, os sindicatos e outros grupos de interesse. Importa, ainda, sublinhar o reconhecimento claro do modelo de governação local português, muito centrado na figura do/a presidente de Câmara: mais de 60% dos inquiridos consideram que o/a presidente da Câmara tem muita influência nas políticas adotadas.

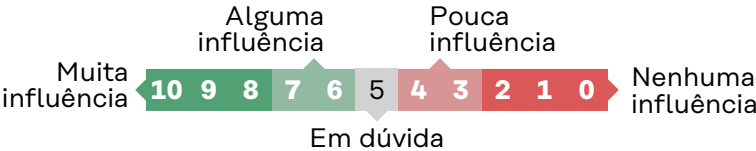
Figura 8

Quem tem mais influência a nível local?

Até que ponto acha que cada um destes grupos e instituições influencia as políticas do município onde reside?



(*) por exemplo, Comissões de Coordenação.



Os cidadãos veem os/as presidentes de Câmara como os/as principais detentores do poder local. Depois destes/as, o Governo nacional é visto como o ator mais influente, acima de outras instituições locais e regionais e da sociedade civil.

1.5. A decisão a nível regional é (ou seria) importante?

Ainda que afirmem desconhecer mais significativamente o funcionamento e as competências das instituições regionais e supramunicipais, os dados deste barómetro apontam para um apoio à descentralização, especialmente a nível regional. A figura 9 mostra que 62% dos inquiridos concordam com a noção de que os investimentos e os serviços públicos devem ser adaptados às necessidades específicas de cada região e decididos a esse nível, mesmo que isso possa gerar diferenças regionais (rejeitando a centralização das decisões a nível nacional para evitar diferenças entre as regiões). Os dados são semelhantes quer em municípios urbanos, quer em municípios não urbanos — assim como para todas as classes etárias —, sugerindo uma abertura generalizada dos cidadãos à redistribuição de competências e à autonomia de decisão de entidades mais próximas do território, com capacidade de formular políticas públicas adaptadas aos diferentes contextos. Contudo, como já vimos, os dados revelam igualmente que esta abertura coexiste com um significativo desconhecimento sobre as competências das instituições regionais e supramunicipais — uma incongruência que aponta para a necessidade de reforçar os canais de informação, capacitação e participação.

1

Apesar destes resultados, Portugal continua a destacar-se, no contexto europeu, pela ausência de regiões administrativas no território continental. As Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) são serviços periféricos da administração direta do Estado, tuteladas por ministérios, e não constituem uma verdadeira estrutura de governação regional. Esta configuração contrasta com os modelos encontrados em vários países da União Europeia, onde existem instâncias governamentais intermédias dotadas de competências próprias (Teles, 2023).

O número de observações por região não permite obter diferenças estatisticamente significativas entre regiões. Contudo, os dados da figura 9 parecem sugerir que os residentes do Alentejo e da região Centro têm tendência para concordar ainda mais com a afirmação de que os investimentos e serviços públicos devem ser decididos a nível regional.

Figura 9

Centralização vs. regionalização de decisões sobre investimentos e serviços públicos

Indique em que medida concorda com as seguintes afirmações.

1.

Os investimentos e serviços públicos devem ser adaptados às necessidades específicas de cada região e decididos a esse nível, mesmo que isso possa gerar diferenças regionais.

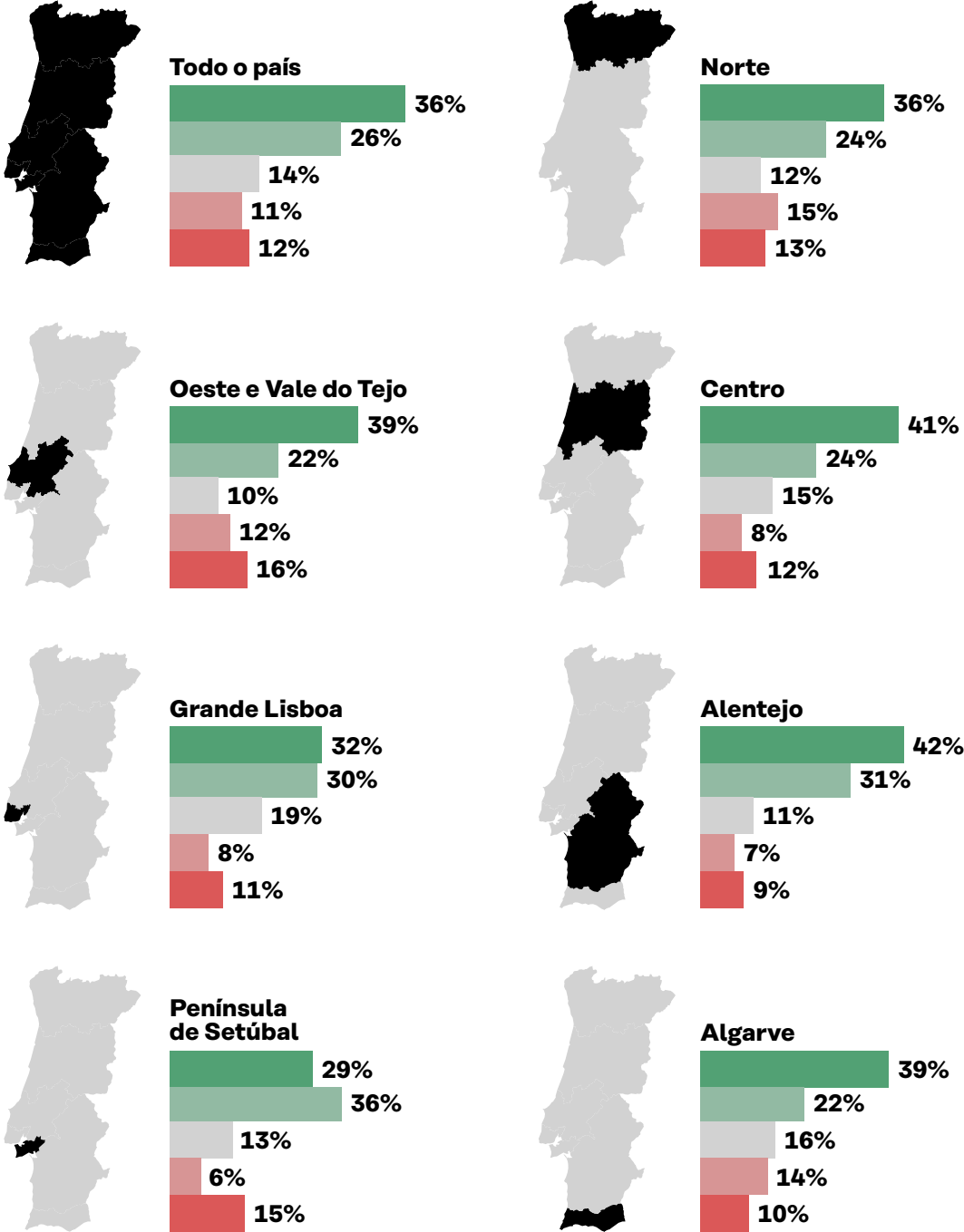
2.

Os investimentos e serviços públicos devem ser decididos a nível nacional, para todo o país, evitando diferenças entre as regiões.

Concorda totalmente com a primeira afirmação e discorda da segunda.



Concorda totalmente com a segunda afirmação e discorda da primeira.



2. Como é que a população avalia a democracia local?

O poder local, frequentemente descrito como a instância do Estado mais próxima dos cidadãos, representa uma das expressões mais tangíveis da democracia. Ao contrário da esfera nacional ou europeia, onde os mecanismos de representação tendem a ser mais simbólicos e o contacto direto com os cidadãos menos provável e frequente, o nível local permite uma interação mais direta com os representantes eleitos e com os processos de decisão. Teoricamente, esta proximidade leva a maiores níveis de satisfação, confiança e participação (Schwab *et al.*, 2017). No entanto, a promessa de proximidade nem sempre se concretiza em práticas democráticas densas e efetivas.

As democracias locais contemporâneas enfrentam um conjunto de dilemas: por um lado, continuam a ser as instituições públicas mais bem vistas; por outro, sofrem de baixos níveis de participação eleitoral e cívica e de envolvimento político efetivo (Smith, 2009; Denters *et al.*, 2014). Os cidadãos até podem confiar mais nos seus autarcas do que nos seus representantes em outros níveis, mas não se sentem ouvidos; podem estar mais satisfeitos com a governação local, mas mantêm-se distantes da vida política. Esta tensão entre satisfação/confiança e distanciamento/desafeição política, entre legitimidade formal e participação real, constitui um dos desafios centrais das democracias locais no século XXI (Bouckaert e Kuhlmann, 2016).

Nesta secção, analisamos as perceções da população relativamente ao funcionamento da democracia local. Os cidadãos sentem-se escutados? Participam nos processos? Confiam nas instituições e nas figuras políticas locais? A resposta a estas perguntas ajuda-nos a compreender a vitalidade da democracia municipal e o seu potencial de regeneração democrática.

2.1. Satisfação com a democracia e confiança nas instituições

No que concerne à satisfação com a democracia, 38% dos inquiridos mostram-se «satisfeitos» ou «muito satisfeitos» com o funcionamento da democracia local (e apenas 23% se dizem «pouco» ou «nada satisfeitos»). Este sentimento tendencialmente positivo é particularmente relevante num contexto de erosão da confiança na política nacional e europeia, indicando que a escala local permanece como um espaço de maior resiliência democrática. No entanto, a satisfação não equivale a envolvimento ativo — como outros dados deste barómetro confirmam.

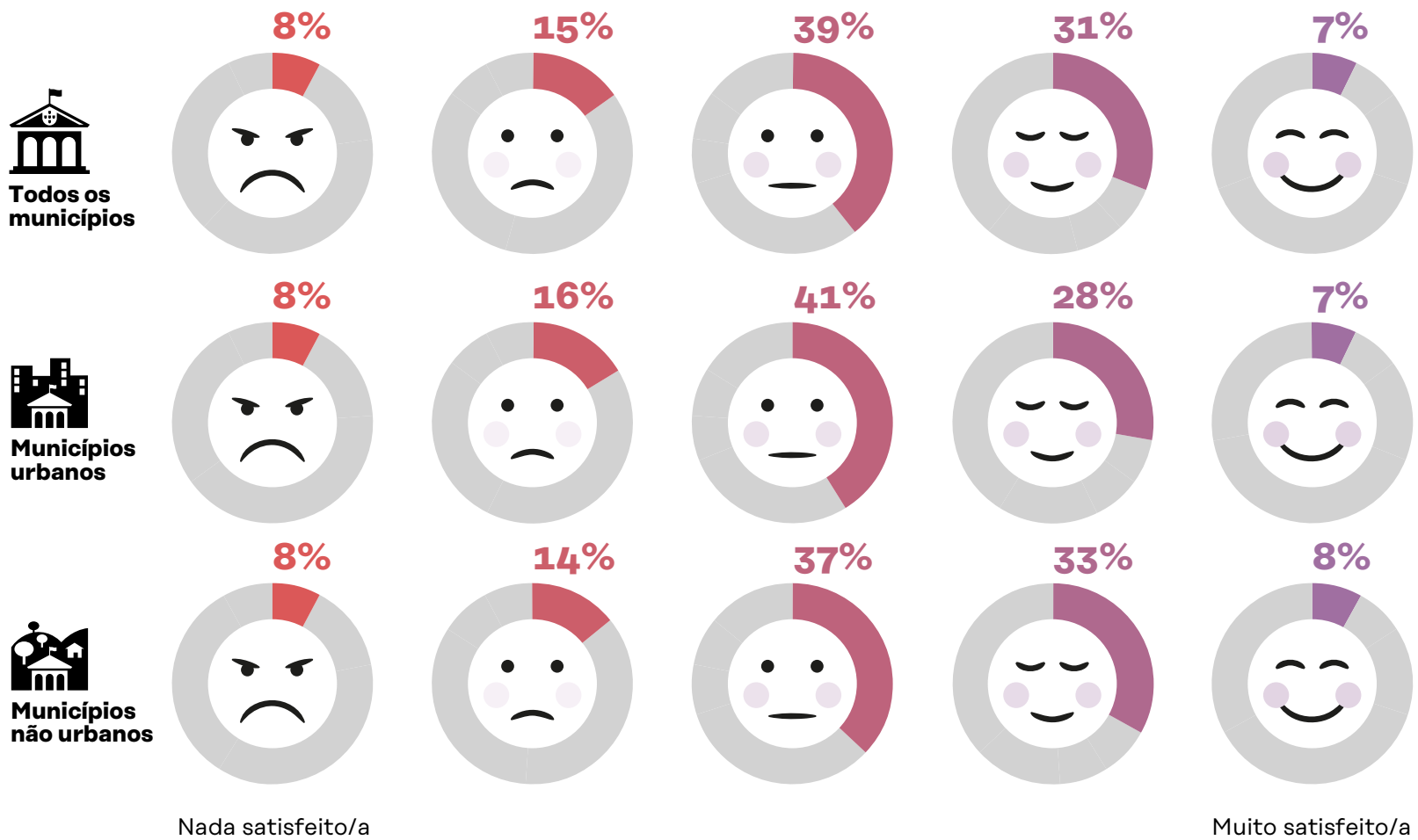
Apesar de os dados indicarem uma satisfação globalmente positiva com o funcionamento da democracia local, verifica-se uma nuance territorial relevante (ver figura 10): os cidadãos residentes em contextos não urbanos apresentam níveis ligeiramente superiores de satisfação relativamente à democracia local. Escrutinando os dados, podemos observar que 41% dos munícipes não urbanos estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a democracia local e apenas 22% estão insatisfeitos — por oposição aos residentes em municípios urbanos, onde estas taxas são de 35% e 24%, respetivamente (contudo, a diferença entre as duas subamostras não é estatisticamente significativa). Nos territórios de baixa

densidade, é mais provável que os eleitos sejam conhecidos pessoalmente, que haja contacto direto entre cidadãos e autarcas, e que os resultados da ação política municipal sejam mais facilmente percecionados. Fora dos centros urbanos, a personalização da relação política é mais evidente, reduzindo a distância simbólica e funcional entre representantes e representados.

Figura 10

Satisfação com a democracia local

Em que medida diria que se encontra satisfeito com o modo como a democracia local funciona no seu município?



A democracia local funciona, mas permanece distante para muitos cidadãos.

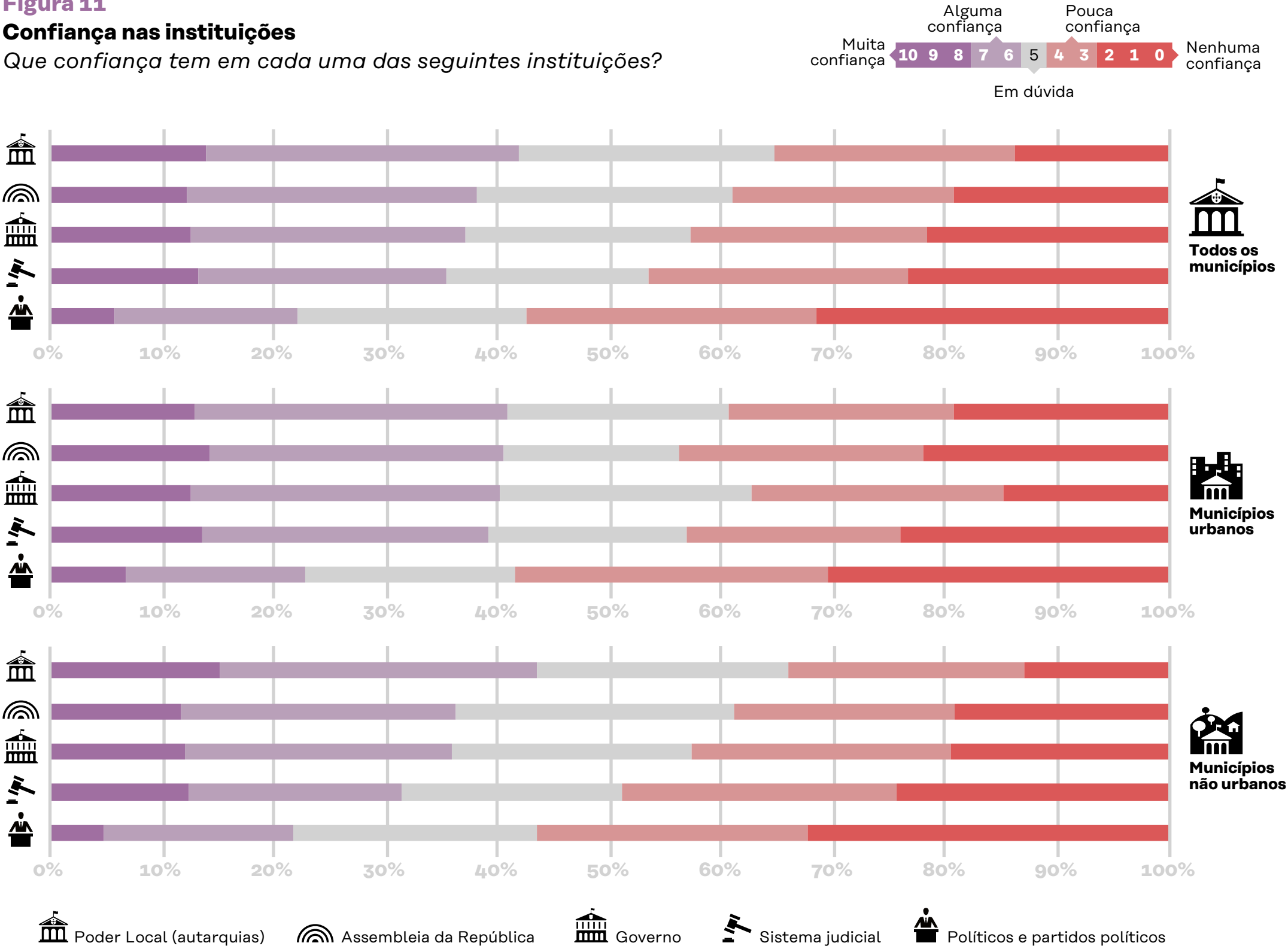
Os dados do Barómetro evidenciam, ainda, um padrão já identificado noutros estudos (e.g., ver OCDE, 2023): a confiança no poder local é superior a outras instituições e poderes públicos (ver figura 11). No entanto, os dados permitem, mais uma vez, identificar possíveis diferenças entre residentes urbanos e não urbanos. Como mostra o segundo gráfico da figura 11, nos territórios não urbanos, o poder local aparece como a instância de governação mais confiada, superando os vários tipos de instituições nacionais. Já nos municípios urbanos, verifica-se uma inversão curiosa: tanto a Assembleia da República como o sistema judicial surgem à frente das autarquias, e o Governo nacional aparece praticamente colado. As diferenças entre os municípios urbanos e não urbanos não são estatisticamente significativas, pelo que as interpretações devem ser efetuadas com cautela. Contudo, estes resultados podem refletir múltiplas causas: uma maior exposição ao debate nacional e às decisões tomadas a esse nível, um menor contacto direto com os eleitos locais (ou seja, menor proximidade, como já tínhamos visto) ou ainda uma perceção mais crítica do desempenho do município e da governação autárquica em áreas urbanas complexas e sobrecarregadas de desafios de políticas públicas (por exemplo, crise da habitação, custo de vida, congestionamento e qualidade do ar).

Apesar da desafeição política generalizada, que se traduz numa quebra de confiança nas instituições públicas, o poder local e a Assembleia da República mantêm ainda alguma confiança relativa, representando duas arenas fundamentais para o reforço da democracia e da coesão institucional em Portugal. No polo oposto, encontrarmos os políticos e os partidos, com uma reputação muito negativa em todo o território nacional.

Figura 11

Confiança nas instituições

Que confiança tem em cada uma das seguintes instituições?



2.2. Participação e informação

Apesar da relativa satisfação e confiança no poder local, grande parte dos residentes sente que a sua voz não é ouvida. Como se pode ver na figura 12, só 22% dos inquiridos «discorda[m]» ou «discorda[m] totalmente» da afirmação segundo a qual os políticos locais não estão interessados no que eles pensam. Por outro lado, as pessoas dividem-se quando questionadas sobre se têm ou não uma palavra a dizer sobre o que o poder local faz — enquanto nos centros urbanos a maioria tendencialmente considera que não, nos territórios não urbanos verifica-se o sentimento oposto. Os resultados do teste de Mann-Whitney confirmam que os residentes em municípios urbanos tendem a sentir-se mais excluídos das decisões do poder local do que os residentes em municípios não urbanos. A diferença entre grupos relativamente à afirmação «Pessoas como eu não têm uma palavra a dizer sobre o que o poder local faz» é estatisticamente significativa ($Z = -2,199$, $p = ,028$), com os residentes urbanos a revelarem maior concordância com esta afirmação.

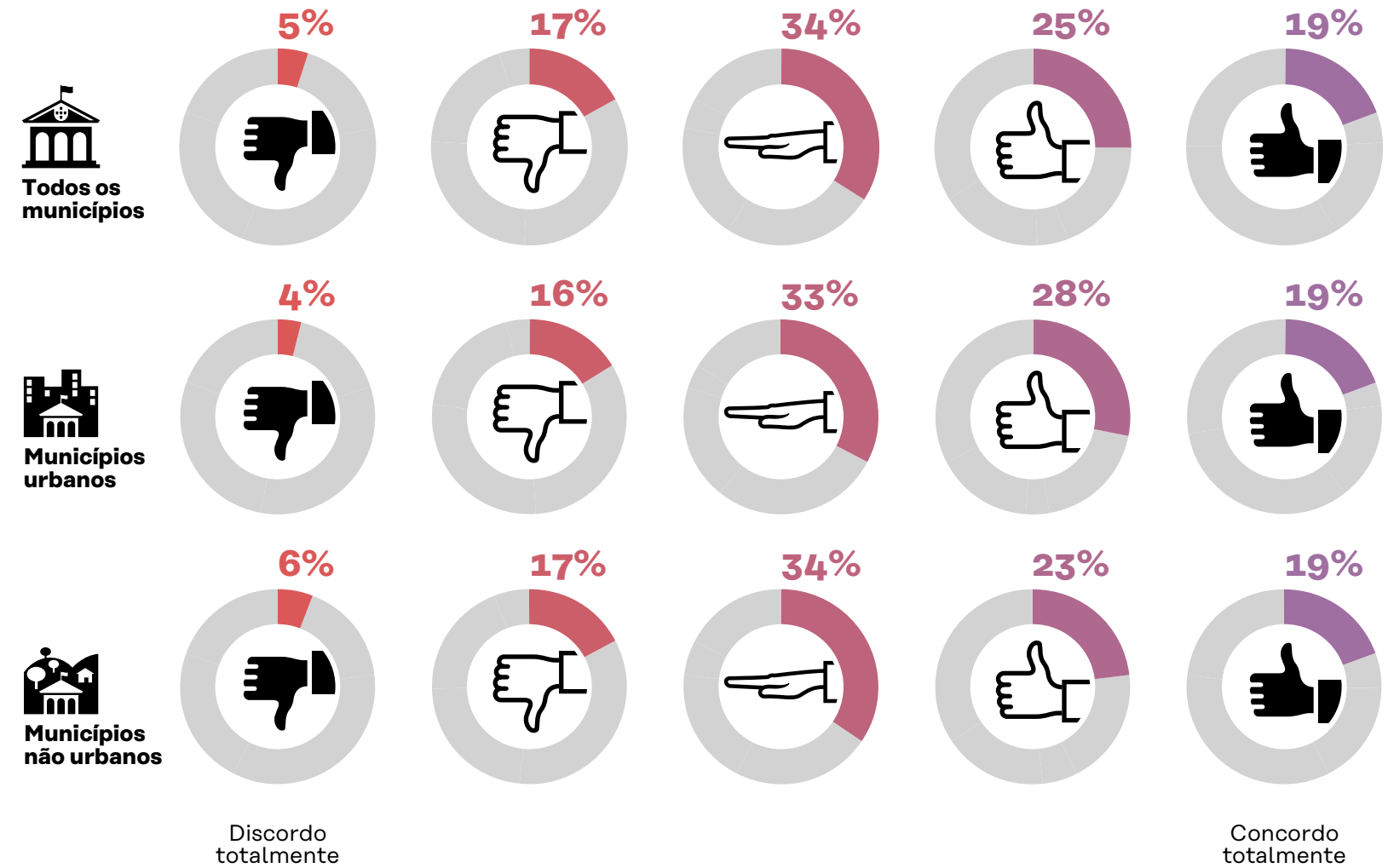
No seu conjunto, os dados revelam níveis reduzidos de perceção de pertinência e influência das opiniões dos residentes nas decisões locais. Esta sensação de distanciamento e impotência sugere limitações na escuta institucional e contribui para a apatia política e participativa.

Figura 12

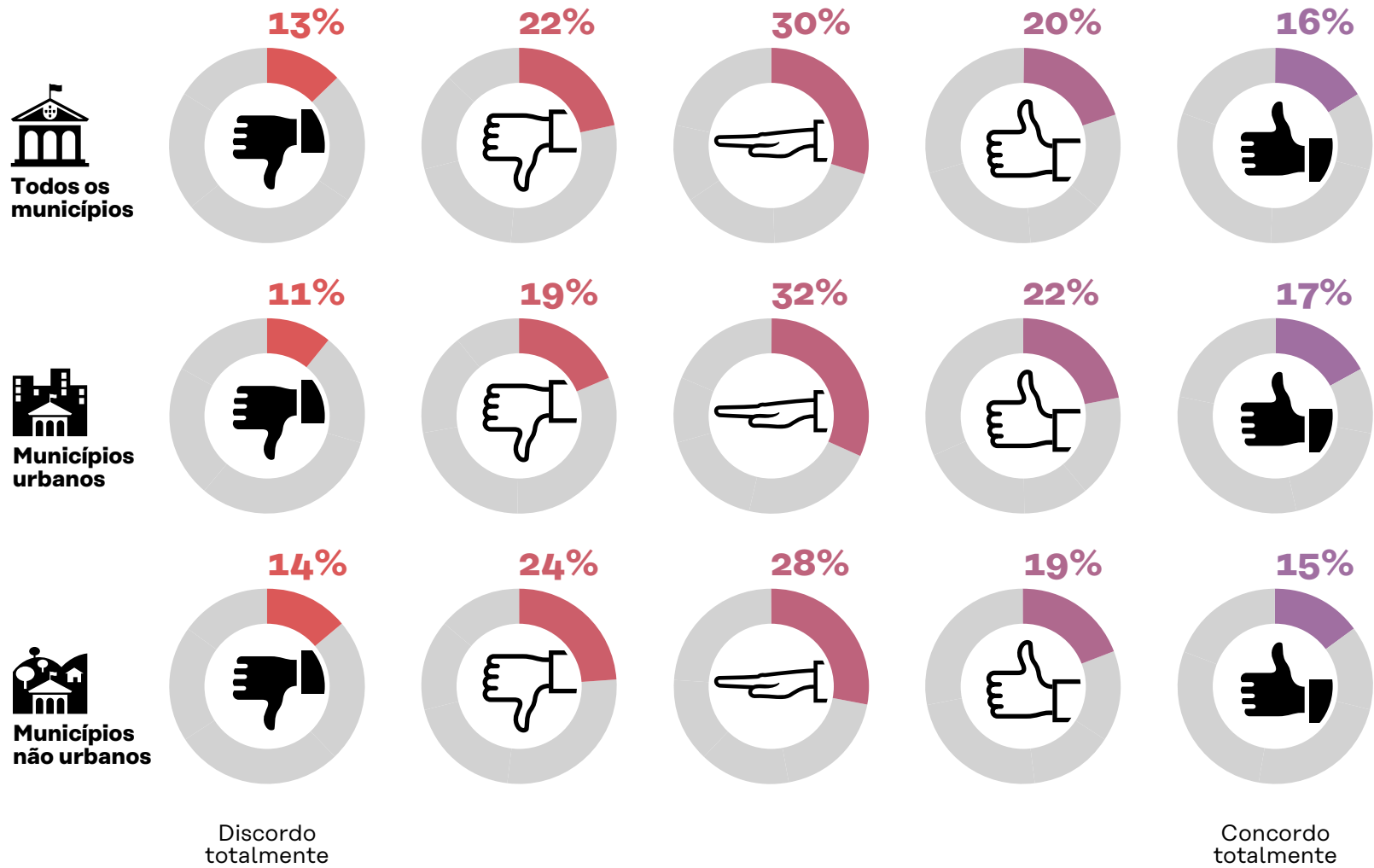
Os cidadãos e a democracia local

Diga em que medida concorda com a seguinte afirmação:

«Os políticos locais não estão interessados no que as pessoas como eu pensam.»



Diga em que medida concorda com a seguinte afirmação:
«Pessoas como eu não têm uma palavra a dizer sobre o que o poder local faz.»



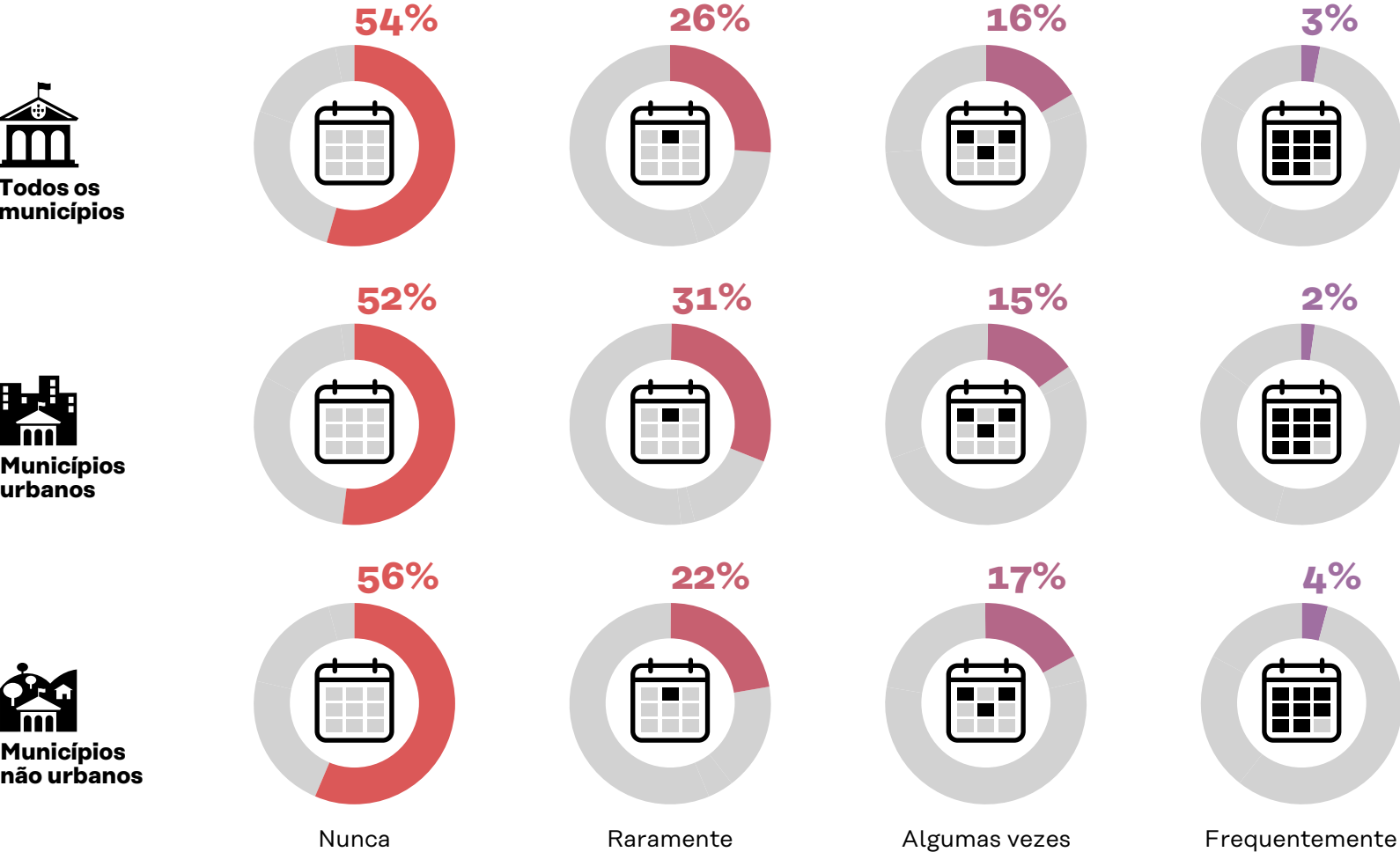
Os cidadãos sentem que são pouco ouvidos, mesmo quando acham que têm uma palavra a dizer sobre estratégias para o futuro.

Este barómetro revela também níveis baixos de participação ativa (ver figura 13). A grande maioria dos inquiridos (54%) nunca participou em eventos ou reuniões promovidas por instituições do poder local. Esta realidade aponta para um padrão recorrente nas democracias ocidentais: uma «cidadania espectadora» mais do que interventiva (Dalton, 2008). A fraca participação pode também estar relacionada com o sentimento de que os políticos não estão interessados no que os residentes pensam, como identificado anteriormente (figura 12).

Figura 13

Participação dos cidadãos na democracia local

Com que frequência participa em eventos ou reuniões promovidas pela câmara ou assembleia municipal, ou pela junta de freguesia?



A participação cidadã continua reduzida, com a maioria dos cidadãos a assumirem um papel passivo.

Outro fator fundamental para a participação pública é a existência de e o acesso a informação relevante. O modo como os cidadãos acedem a informação sobre o poder local, bem como o formato dessa informação influenciam profundamente as suas perceções, atitudes e comportamentos políticos. Neste barómetro, evidencia-se, mais uma vez, uma clivagem clara entre contextos urbanos e não urbanos quanto às fontes preferenciais de informação (ver figura 14). A diferença entre as amostras de municípios urbanos e não urbanos é estatisticamente significativa para todos os meios de acesso a informação, exceto nos casos dos «órgãos de comunicação social locais» e das «pessoas que conheço e possuem informação privilegiada».*

Nos municípios urbanos, os cidadãos tendem a privilegiar canais digitais — nomeadamente as redes sociais — como meio de acesso a informação sobre o poder local (de acordo com o teste U de Mann-Whitney, a diferença entre os municípios urbanos e não urbanos é estatisticamente significativa, $Z = -4,95$, $p < 0,001$). Esta preferência pode refletir vários fatores: maior conectividade digital, hábitos informacionais centrados em plataformas *online* e existência de uma oferta mais densa de conteúdos produzidos por órgãos de comunicação nacionais com presença digital significativa. De facto, os *media* nacionais tendem a disseminar muito mais frequentemente informação sobre os centros urbanos do que sobre dinâmicas locais de municípios semiurbanos ou rurais.

* Relativamente à frequência com que os inquiridos recorrem aos seguintes meios para obter informações sobre as atividades do poder local, o teste U de Mann-Whitney revela diferenças estatisticamente significativas entre freguesias urbanas e não urbanas nos seguintes casos: (A) órgãos de comunicação social nacionais, $Z = -3,48$, $p < 0,001$; (B) publicações oficiais do poder local, $Z = 3,08$, $p = 0,002$; (C) redes sociais, $Z = -4,95$, $p < 0,001$. Não se registam diferenças estatisticamente significativas para os seguintes meios: (D) órgãos de comunicação social locais, $Z = -0,45$, $p = 0,650$, e (E) conhecidos com informação privilegiada, $Z = 1,41$, $p = 0,159$.

Nos territórios não urbanos, o acesso à informação sobre a política local assume características distintas. Aqui, a informação circula de forma mais comunitária e informal. Além disso, os *media* locais, como rádios regionais, jornais concelhios ou boletins autárquicos, desempenham um papel mais relevante como fontes de informação.

2.3. Impacto das eleições na vida das pessoas

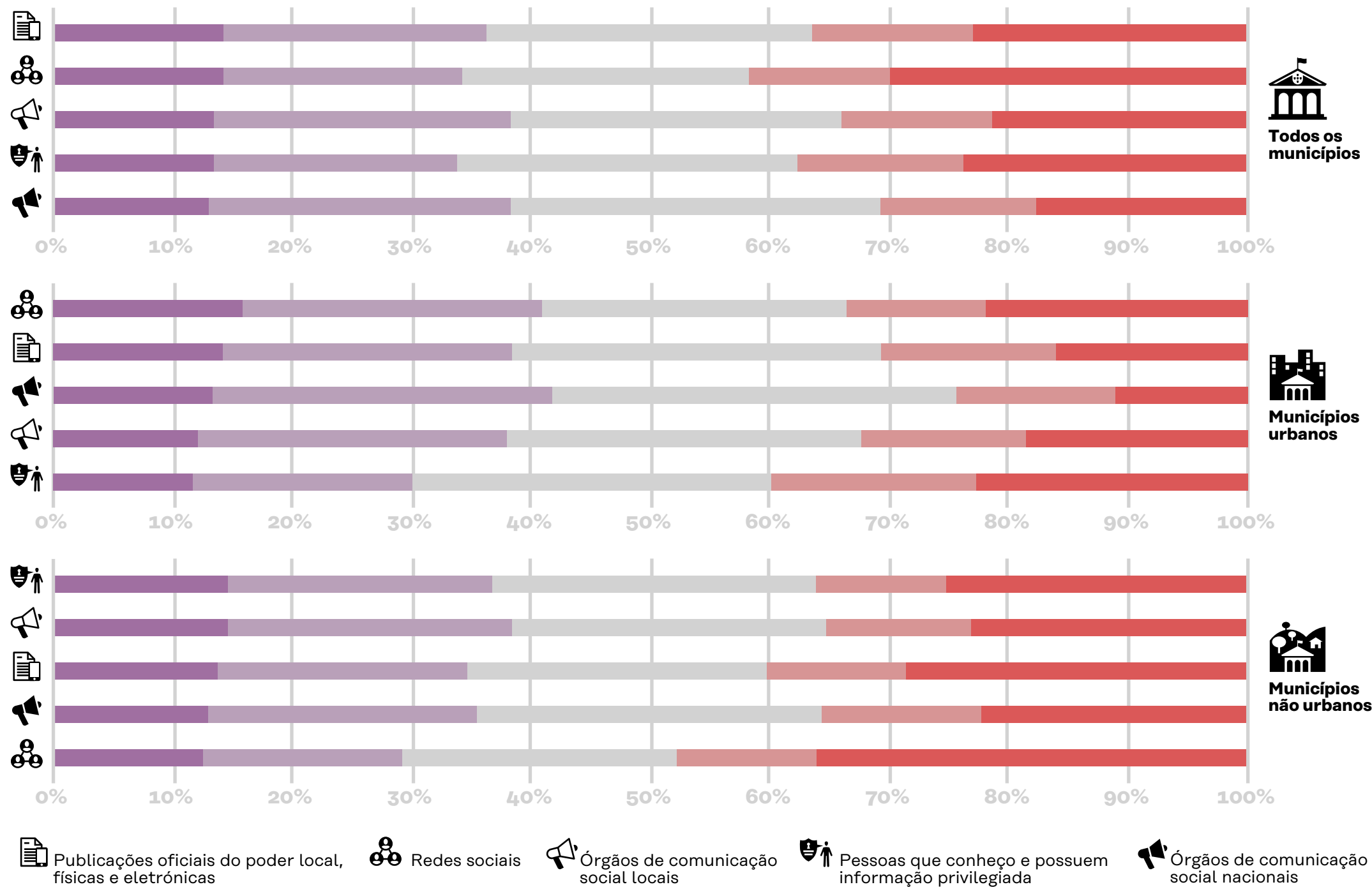
Tal como consta dos dados apresentados na figura 15, a grande maioria dos cidadãos considera que as eleições para a Câmara Municipal têm impacto na sua vida, sendo que os órgãos de fiscalização e acompanhamento político local (Assembleias Municipais) são considerados menos relevantes. Curiosamente, os inquiridos atribuem maior impacto às eleições para as Assembleias de Freguesia do que para as Assembleias Municipais, contrariando a lógica institucional, que confere maior poder formal às segundas. Este resultado indica uma maior visibilidade e proximidade das Juntas de Freguesia, frequentemente associadas à resolução de questões muito concretas do quotidiano — como a limpeza, os pequenos arranjos urbanos ou o apoio social de proximidade.

Figura 14

Acesso a informação sobre o poder local

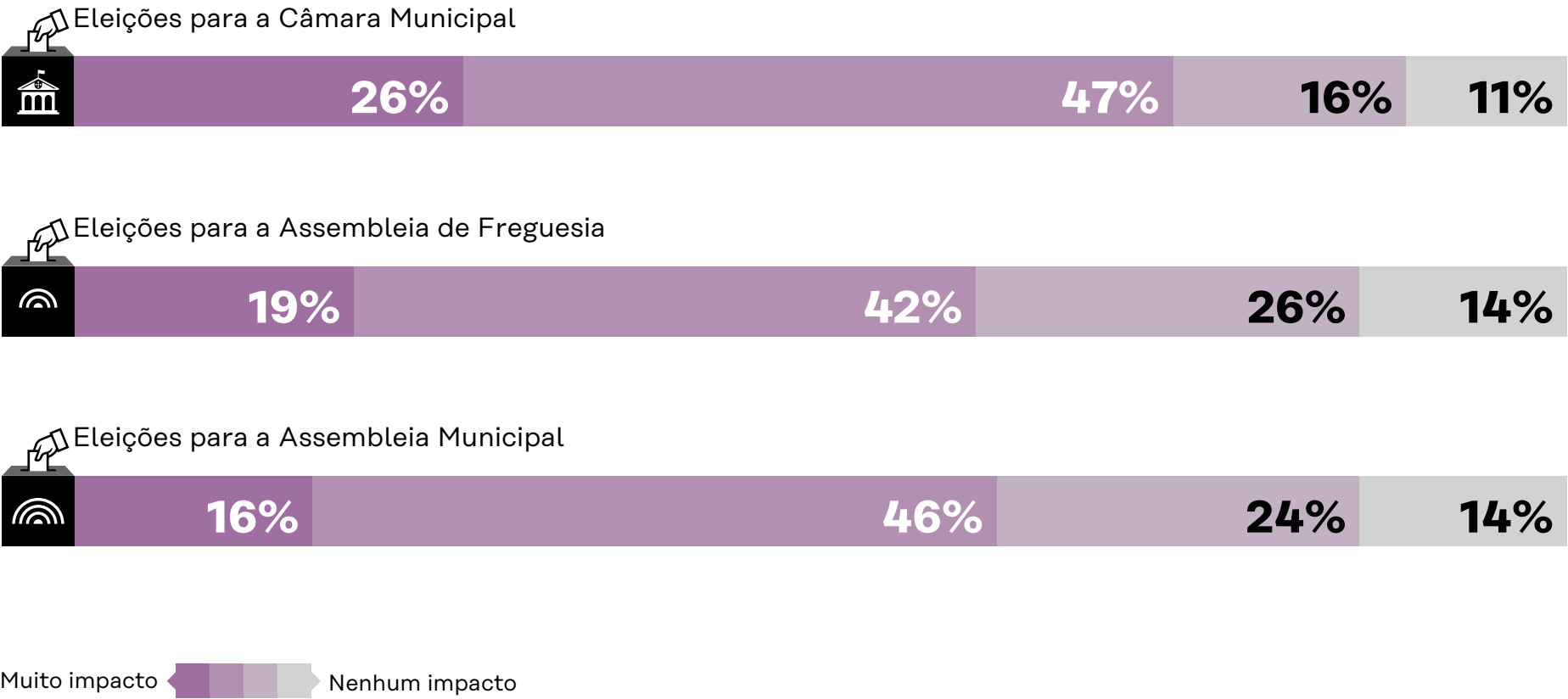
Quando pretende obter informações sobre as atividades do poder local, com que frequência recorre aos seguintes meios?

Sempre 5 4 3 2 1 Nunca



Regista-se, ainda, uma aparente contradição na comparação entre municípios urbanos e não urbanos. Embora conheçam melhor os seus autarcas e tenham relações mais próximas com os eleitos, os residentes não urbanos tendem a atribuir menor impacto às eleições para a Câmara Municipal do que os residentes urbanos: cerca de 79% dos residentes urbanos acham que as eleições para a Câmara Municipal têm (muito ou algum) impacto na sua vida, enquanto esta taxa é de 69% para residentes não urbanos (de acordo com o teste U de Mann-Whitney, a diferença entre as duas subamostras é estatisticamente significativa, $Z = -3,034$, $p = 0,002$). Possivelmente, estes dados refletem um certo ceticismo quanto à eficácia das políticas municipais em territórios de baixa densidade — onde os cidadãos podem sentir que, apesar da proximidade, as decisões mais relevantes para as suas vidas continuam a ser tomadas noutros níveis de governação — ou a ideia de que os recursos das Câmaras Municipais são insuficientes para produzir mudanças significativas.

Figura 15
Importância das eleições locais
Que impacto têm na sua vida as seguintes eleições?



2.4. O melhor e o pior da democracia local

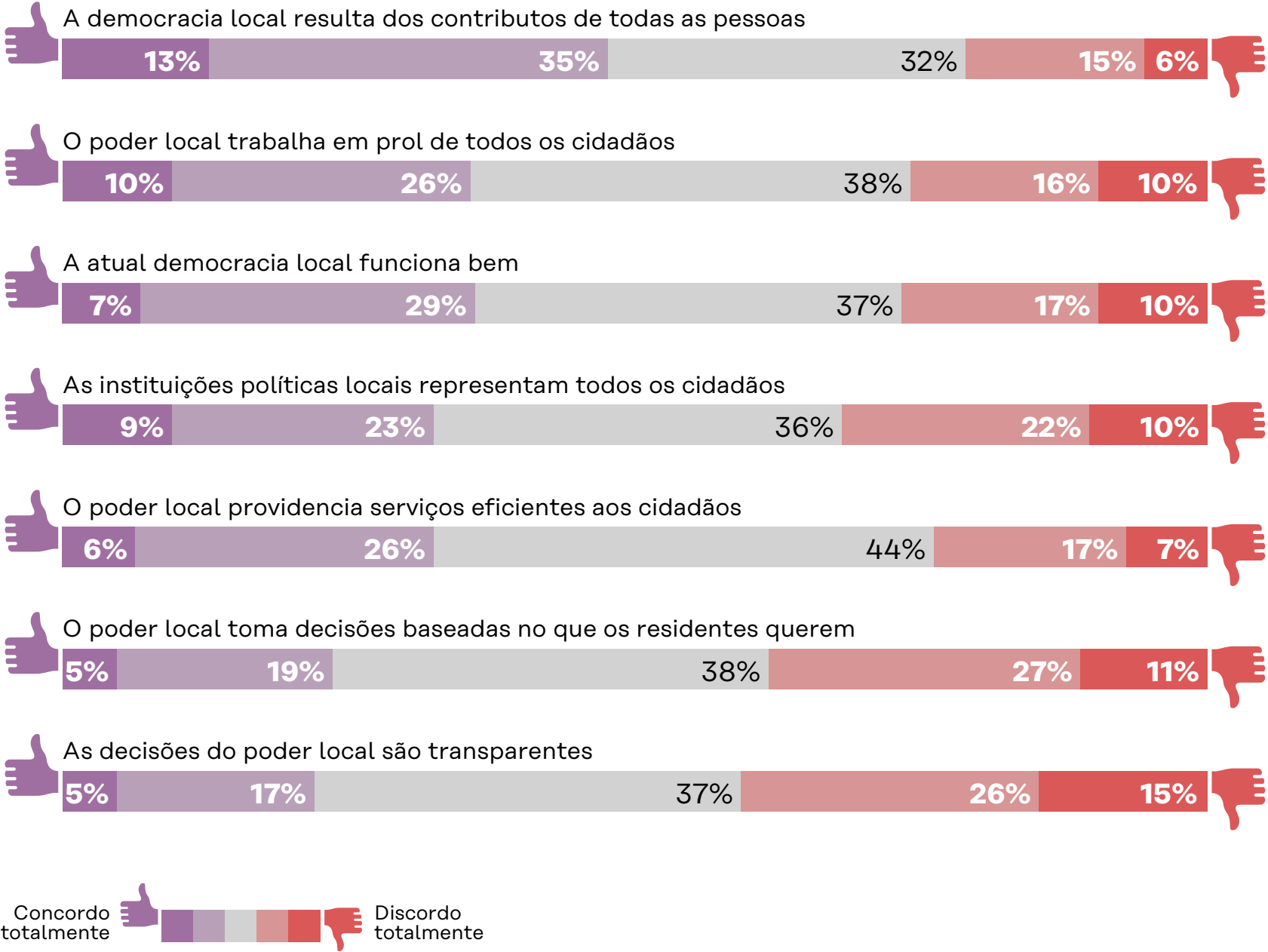
Embora a confiança nas instituições locais seja, em geral, mais favorável do que a confiança nas instituições nacionais (ver figura 11 e OCDE, 2023), os dados revelam amplas margens de melhoria. Nenhuma das afirmações positivas e concretas sobre o funcionamento da democracia local constantes na figura 16 recolhe uma maioria clara de respostas concordantes — um sinal de que o apoio é, na melhor das hipóteses, moderado e, em muitos casos, hesitante. Ainda assim, observa-se uma distinção significativa entre dimensões da democracia, em consonância com outras evidências recolhidas neste barómetro, apontando para uma democracia local que funciona bem enquanto sistema de representação, mas que continua frágil no que toca à promoção de práticas inclusivas e ao envolvimento ativo dos cidadãos.

Os desafios identificados dizem respeito tanto aos processos — como a transparência na tomada de decisão — como aos resultados, nomeadamente no que se refere à responsividade, à eficácia e à eficiência das políticas públicas locais. Melhorar a democracia local passa, portanto, por reforçar não apenas a sua legitimidade formal, mas também a sua capacidade de responder às expectativas e às necessidades da população.

Figura 16

Eficácia política do poder local

Em que medida concorda com as seguintes afirmações?



3. O que é que realmente conta na hora de votar?

As eleições locais constituem um momento privilegiado de expressão democrática. Para além do exercício do direito de voto, revelam dinâmicas político-ideológicas próprias, frequentemente distintas das que estruturam o comportamento eleitoral a nível nacional (Gendzwill *et al.* 2023). Na política local, o território, os rostos e as relações interpessoais desempenham um papel determinante. O voto é menos ideológico e mais relacional; menos partidário e mais personalizado. Por isso, compreender melhor o que motiva os cidadãos a votar — e em quem — nas eleições autárquicas é compreender melhor a democracia de proximidade.

Em Portugal, as eleições locais têm sido marcadas por níveis de abstenção elevados, mas também por uma notável estabilidade na identificação com os candidatos e com os projetos locais. A emergência de listas de cidadãos e o reforço das candidaturas independentes nos últimos anos apontam para uma mudança subtil no campo político local, onde a eficácia percebida, a reputação e a ligação comunitária vão ganhando peso face à fidelidade partidária.

Esta secção analisa os principais critérios de decisão dos eleitores, o grau de influência dos candidatos, os aspetos mais valorizados pelos votantes e o conhecimento que têm dos seus representantes.

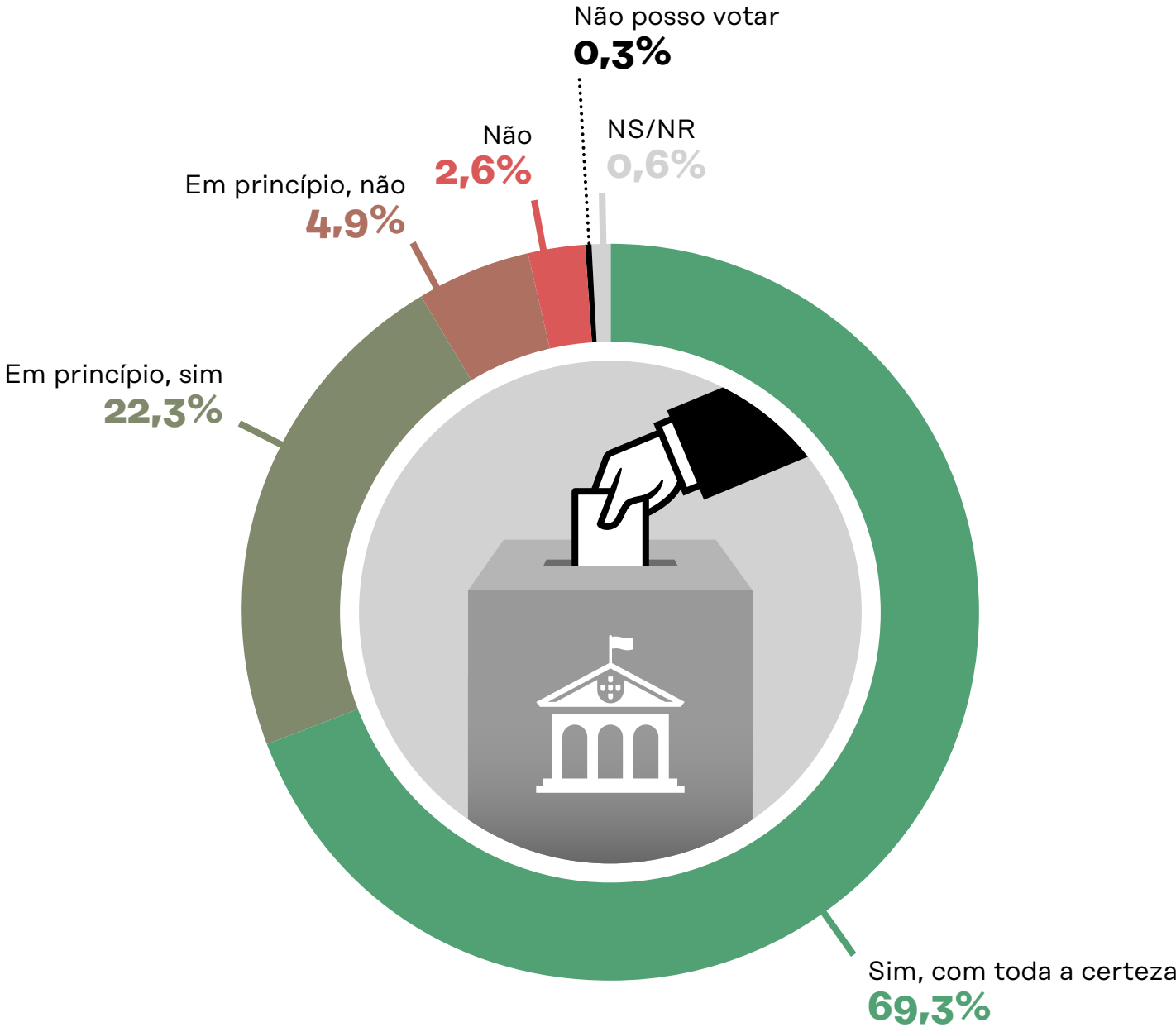
O/a candidato/a certo/a pode mobilizar votos para além das fronteiras partidárias.

3

Figura 17

Intenção de participação nas eleições locais

Pretende votar nas próximas eleições autárquicas?



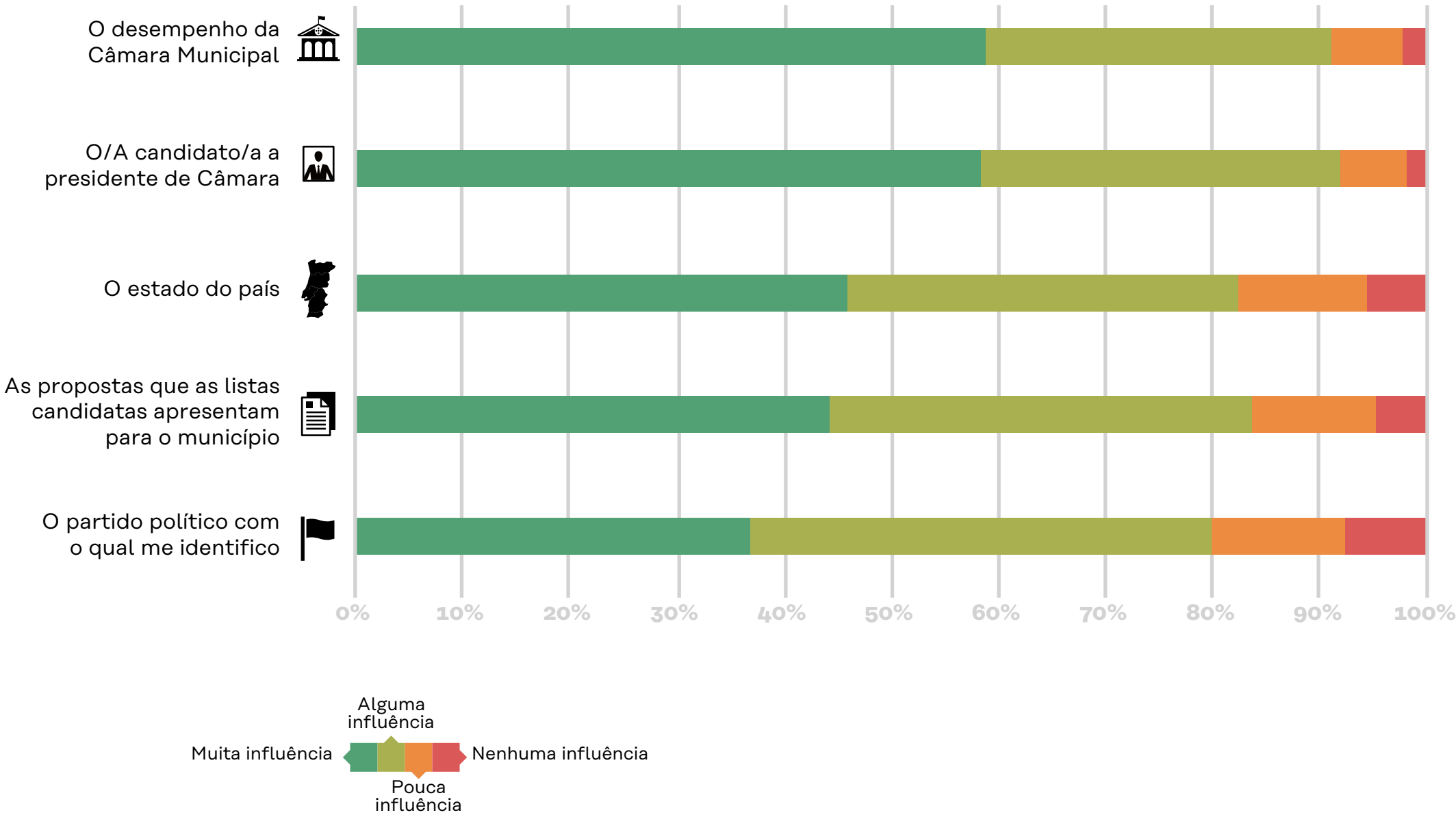
Como se pode ver na figura 17, a grande maioria (69%) dos inquiridos afirma que, com toda a certeza, vai votar nas eleições autárquicas de 2025. Relativamente aos fatores que influenciam o seu sentido de voto (figura 18), os inquiridos identificam dois acima de todos os outros: o desempenho que a Câmara Municipal tem tido e as características pessoais dos candidatos. Estes resultados combinam bem com a perceção da principal missão do poder local: a prestação eficiente de serviços públicos de qualidade. Além disso, os dados reforçam a ideia de que a personalização da política local é mais importante do que o peso das siglas partidárias. A lógica de «votar na pessoa» sobrepõe-se frequentemente à lógica programático-ideológica. De facto, as propostas que as listas candidatas apresentam para o município são dos fatores menos valorizados.

Mesmo entre eleitores que se identificam com partidos específicos, muitos admitem que poderiam votar noutro partido se considerarem que o candidato é melhor. A força das lideranças locais tem, assim, capacidade de transcender barreiras partidárias, gerando dinâmicas eleitorais específicas do território.

Figura 18

O que determina o voto nas eleições autárquicas?

Em geral, em que medida considera que os seguintes fatores influenciam a decisão de voto das pessoas numa eleições autárquicas?



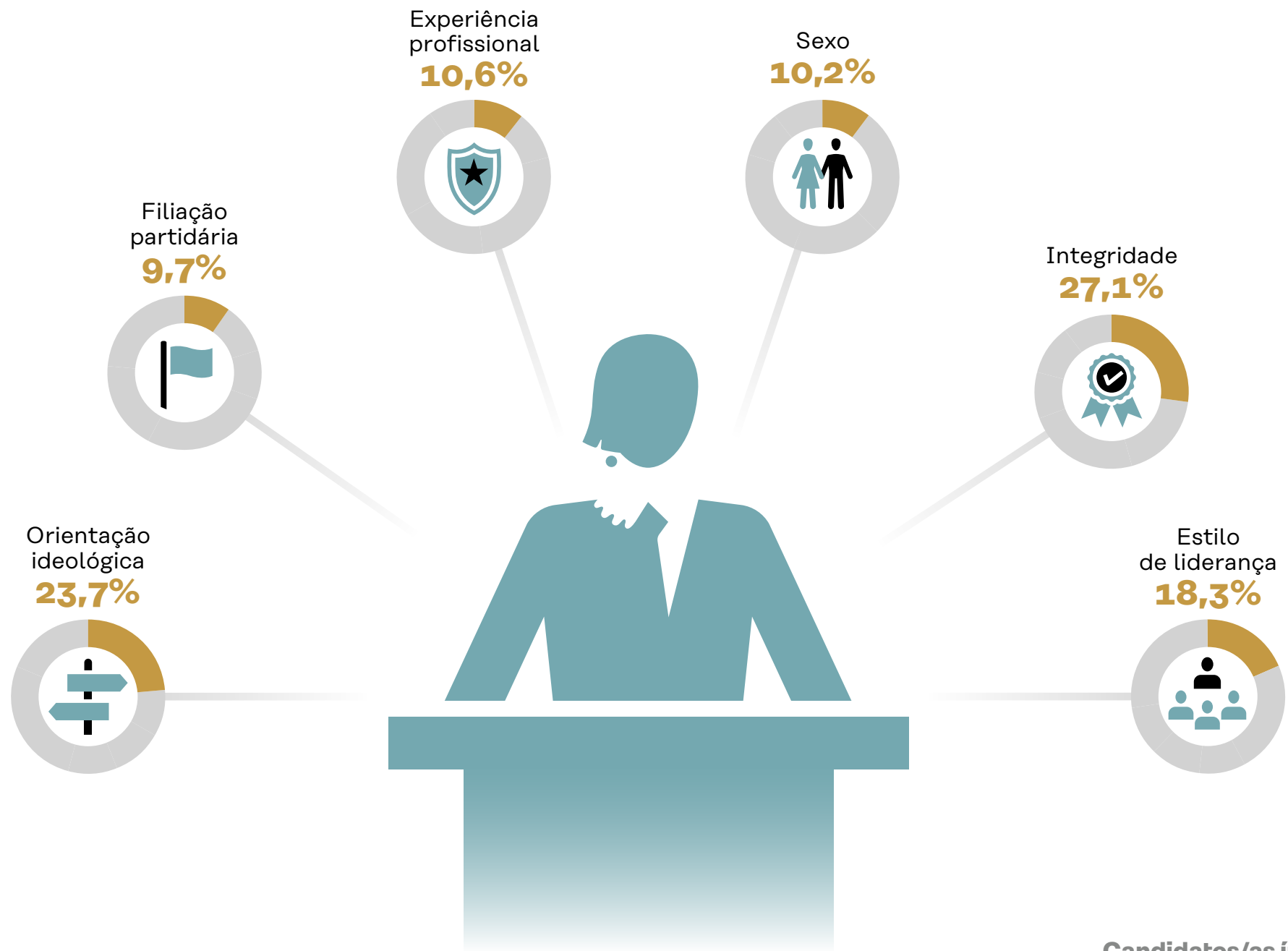
4. O que procuram os eleitores num/a presidente de Câmara?

Prevendo a importância-chave desta figura institucional, no *Barómetro do Poder Local* foi realizada uma experiência *conjoint** que procurou perceber quais são os atributos dos/as presidentes de Câmara que, do ponto de vista dos inquiridos, os/as tornam mais competentes para governar. Para tal, foram apresentados aos inquiridos perfis hipotéticos de candidatos/as a presidentes de Câmara, construídos com base em seis atributos variáveis, cuja combinação permite estabelecer diferentes tipos de líderes políticos.

Os atributos considerados foram o sexo do candidato, a orientação ideológica, o tipo de lista pela qual se apresente (partidária ou independente), a experiência profissional (privada ou política/pública), o comportamento ético na resolução de problemas e o estilo de liderança (mais assertivo ou mais participativo). Os participantes foram convidados a escolher um entre dois candidatos hipotéticos com perfis diferentes.

*
Efectuada apenas com os participantes que responderam ao questionário através da metodologia CAWI (n = 649).

Figura 19
Importância relativa dos atributos dos/as candidatos/as a presidente de Câmara



**Candidatos/as íntegros/as
são os/as mais valorizados/as
em eleições para as Câmaras
Municipais.**

Deste conjunto de atributos, destacam-se três que, conjuntamente, representam praticamente 70% da importância relativa na escolha de candidatos. O atributo mais importante é o comportamento ético do/a candidato/a, com uma importância relativa de 27,1% para a decisão de voto, sendo que os inquiridos valorizam candidatos/as que se mostram intransigentes do ponto de vista ético (nunca contornando a lei ou os princípios quando procuram resolver problemas). O segundo atributo é a orientação ideológica do/a candidato/a, com uma importância relativa de 23,7%; e o terceiro é o estilo de liderança, com uma importância relativa de 18,3%, sendo que os participantes valorizam uma liderança colaborativa, em que os políticos que decidem com base em consultas alargadas com as partes interessadas,.

Os restantes três atributos desempenham um papel substancialmente menor. A experiência profissional apresenta uma importância relativa de 10,6%, com uma ligeira preferência por candidatos com ampla experiência em cargos públicos e políticos. A filiação partidária tem uma importância relativa de 9,7%, com uma ténue preferência por candidatos independentes. Por fim, o sexo dos candidatos tem uma importância relativa de 10,2%, com uma ligeira preferência por candidatos do sexo feminino.

Relativamente a este último resultado, importa sublinhar que, em 2021, apenas 9,4% dos presidentes de Câmara em Portugal eram mulheres, um número que evidencia uma discrepância entre a preferência expressa e a efetiva composição do poder local. Esta sub-representação começa logo no momento da candidatura: apenas 19% dos/as cabeças de lista às eleições autárquicas de 2021 eram mulheres (CIG, 2021), com especial incidência em partidos com menos possibilidades de vitória nas urnas, o que traduz um défice na própria seleção de candidatos pelas estruturas partidárias. Estas escolhas continuam a reproduzir padrões de desigualdade, os quais, aparentemente, nem mecanismos voluntários como quotas internas, nem compromissos com a paridade nas listas têm sido suficientes para transformar, sobretudo nos cargos de liderança.

Principais mensagens

1.

Em Portugal, o poder local é reconhecido, sobretudo, como prestador de serviços públicos essenciais, valorizando-se menos as suas funções de autodeterminação, representação e participação democrática.

2.

Há um desfasamento entre o que os inquiridos percecionam serem as responsabilidades das autarquias e o que consideram desejável: os munícipes querem mais poder e ação local em áreas como saúde e habitação.

3.

Em linha com outros estudos recentes (Silva e Flores, 2025), este barómetro confirma que os residentes em Portugal veem com bons olhos a descentralização e regionalização de poderes. Contudo, a maioria conhece mal o papel das instituições regionais e supramunicipais, o que limita o debate informado sobre descentralização e modelos de governação.

4.

A figura de presidente de Câmara emerge como o principal símbolo do poder local, eclipsando a visibilidade e o reconhecimento de outros órgãos democráticos, como as Assembleias Municipais, e de atores relevantes da sociedade civil, como grupos de cidadãos e organizações sem fins lucrativos.

5.

Apesar da maior confiança global nas autarquias em relação a outras instituições nacionais, os níveis de participação ativa permanecem reduzidos, o que aponta para uma democracia local ainda muito centrada na delegação de poder, e não na coprodução de decisões.

6.

A proximidade continua a ser um fator de legitimidade, com os territórios não urbanos a revelarem níveis de confiança e satisfação com o funcionamento da democracia local ligeiramente superiores aos dos municípios urbanos (ainda que não estatisticamente significativos). Nas áreas urbanas, os residentes tendem a atribuir maior importância às instituições nacionais, como a Assembleia da República ou o sistema judicial, ao contrário do que se observa em contextos não urbanos, onde o poder local assume maior centralidade nas perceções dos cidadãos.

7.

Os meios de acesso à informação sobre o poder local também divergem consoante o território: os urbanos recorrem mais a redes sociais e *media* nacionais; os não urbanos dependem mais de relações de proximidade e de *media* locais.

8.

A decisão de voto em contexto autárquico é fortemente influenciada por características pessoais dos/as candidatos/as, mais do que por fatores partidários, programáticos ou ideológicos. Nesse sentido, a integridade ética é o atributo reconhecido como mais importante num/a candidato/a a presidente de Câmara.

9.

Por fim, ao pensar em reformas, é provável que os territórios urbanos e não urbanos precisem de propostas diferentes.

A diversidade territorial em Portugal exige soluções diferenciadas, colocando em causa a lógica e a razoabilidade do modelo uniforme de governação local e reforçando a necessidade de adaptação institucional.

Saber mais

Estudos e Resumos da Fundação

Territórios de Bem-Estar: Assimetrias nos municípios portugueses, de Rosário Mauritti (coord.), Daniela Craveiro, Luís Cabrita, Maria do Carmo Botelho, Nuno Nunes e Sara Franco da Silva, 2022. Disponível [aqui](#).

Qualidade da Governação Local em Portugal, de António F. Tavares e Luís de Sousa (coord.), Ana Macedo, Daniel Fernandes, Filipe Teles, Luís F. Mota, Nuno F. da Cruz e Sara Moreno Pires, 2018. Disponível [aqui](#).

Limitação de Mandatos, de Francisco Veiga e Linda Veiga (coord.), Bruno Fernandes e João Martins, 2017. Disponível [aqui](#).

Empresas Privadas e Municípios: Dinâmicas e desempenhos, de José Tavares (coord.), Ernesto Freitas e João Pereira dos Santos, 2016. Disponível [aqui](#).

Livros da Fundação

Descentralização e Poder Local em Portugal, de Filipe Teles, 2021. Disponível [aqui](#).

A Democracia Local em Portugal, de António Cândido Oliveira, 2021. Disponível [aqui](#).

Debates, videocasts e podcasts da Fundação

«Da capa à contracapa: como aproximar os cidadãos do poder local?», com António Cândido de Oliveira e Telmo Faria, 2021. Disponível [aqui](#).

«Praça da Fundação: afinal, Portugal é um país centralizado, ou não?», com Filipe Teles, Isabel Damasceno e Álvaro Domingues, 2021. Disponível [aqui](#).

«Da capa à contracapa: as autarquias são bem governadas?», com António Tavares e Filipe Teles, 2018. Disponível [aqui](#).

«Fronteiras XXI; Do campo para as cidades», com Augusto Mateus, Nuno F. da Cruz, Álvaro Domingues e Ana Paula Rafael, 2017. Disponível [aqui](#).

Referências

- BOUCKAERT, G. e KUHLMANN, S. (2016) (eds.). *Local Public Sector Reforms in Times of Crisis*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- CIG (2021), «Poder e Tomada de Decisão Política — 2021: Mulheres e Homens nas Presidências das Câmaras Municipais». Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, [link](#).
- DA Cruz, N.F. e MARQUES, R. (2014). Revisiting the determinants of local government performance. *Omega*, 44, 91-103.
- DA Cruz, N.F., ELLAWAY, L., HAMILTON-JONES, I., HEECKT, C. e ROGERS, B. (2024). *Public Innovation: Building Capacity in Europe's City Governments*. Londres: London School of Economics and Political Science.
- DA Cruz, N.F., RODE, P., MCQUARRIE, M., BADSTUBER, N. e ROBIN, E. (2023). Networked urban governance: a socio-structural analysis of transport strategies in London and New York. *Urban Affairs Review*, 59(6), 1908-1949.
- DE Sousa, L., TAVARES, A., da CRUZ, N.F. e JORGE, S. (2015). *A Reforma do poder local em Debate*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- DENTERS, B. e ROSE, L. (2005). *Comparing Local Governance: Trends and Developments*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- EUROSTAT (2024), Population — Regional Level, [link](#).
- GENDZWILL, A., KJAER, U. e STEYVERS, K. (2023). «Local elections and voting: grasping vertical integration and horizontal variation», in Teles, F. (ed.). *Handbook on Local and Regional Governance*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing.
- HEINELT, H. (2023). «Local citizenship», in Teles, F. (ed.). *Handbook on Local and Regional Governance*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing.
- INE (2025). Censos 2021, Instituto Nacional de Estatística, <https://tabulador.ine.pt/censos2021/>
- OCDE (2023). Government at a Glance 2023: Portugal. OCDE Publishing, Paris. [link](#).
- OCDE (2024). Subnational Governments Structure and Finance 2024 edition, OCDE, Paris
- PORDATA (2025). Estatísticas População — Densidade Populacional, [link](#).
- ROGERS, B., da CRUZ, N.F., HEECKT, C., HAMILTON-JONES, I., RIPA, F. e ELLAWAY, L. (2023). *Old Cities, New Ambitions: The Future of Urban Europe*. European Cities Programme, Londres: London School of Economics and Political Science.
- SCHWAB, C., BOUCKAERT, G. e KUHLMANN, S. (2017) (eds.). *The Future of Local Government in Europe: Lessons from Research and Practice in 31 Countries*. Berlim: Nomos/Edition Sigma.

SILVA, P.A. e FLORES, I. (2025). *O Que Pensam os Portugueses 2025: Descentralização, Desconcentração e Regionalização*. Lisboa: IPPS-ISCTE.

SMITH, G. (2009). *Democratic Innovations: Designing Institutions for Citizen Participation*. Cambridge: Cambridge University Press.

STOKER, G., BUNTING, H. e MCKAY, L. (2023), «Trust and local government: a positive relationship?», in Teles, F. (ed.). *Handbook on Local and Regional Governance*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing.

TAVARES, A. (2022). *Governo Local e Administração Autárquica*. Lisboa: Ed. Sílabo.

TAVARES, A., de SOUSA, L., da CRUZ, N.F., TELES, F., PIRES, S., MACEDO, A., FERNANDES, D. e MOTA, L. (2018). *Qualidade da Governação Local em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

TELES, F. (2021). *Descentralização e Poder Local em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos

TELES, F. (2023). «Descentralização e poder local», in Ferndandes, J., Magalhães, P. e Pinto, A.C. (eds.). *O Essencial da Política Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-china.

Barómetros da Fundação

Os Barómetros da Fundação visam auscultar uma amostra representativa da população portuguesa, procurando indagar a sua opinião sobre temas relevantes para a sociedade. Os resultados são complementados por informação adicional que contextualiza e ajuda a interpretar os dados obtidos nos inquéritos.

Diretor de publicações — António Araújo
Coordenador da Equipa de Estudos — Carlos Jalali
Título — Barómetro do Poder Local
Autores — Filipe Teles e Nuno F. da Cruz
Revisão de texto — GoodSpell
Design e infografias — Guidesign

As análises, opiniões e conclusões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos. A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada aos autores e ao editor.

